

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

(CONTRIBUTOS PARA UMA SINTAXE E SEMÂNTICA DA PREPOSIÇÃO DE) *

0. Natureza e âmbito do estudo

Ao procurar equacionar uma teoria linguística que explique a função do genitivo no Português contemporâneo, temos a preocupação de contribuir um pouco para o estudo e descrição da língua portuguesa, explicitando os seus mecanismos de funcionamento.

Não é despropositado falar da existência de um genitivo em Português. Ele existe na nossa língua, como existe no Espanhol, no Francês — introduzido (regido) pela preposição que se grafa *de* —, no Italiano — preposição *di* —, e mesmo no Inglês sob a designação de «possessive case». Envolto numa outra roupagem, o genitivo, como todos os casos funcionais, permanece nas línguas românicas. De posposicionado (desinência casual) passou a preposicionado (regência prepositiva). O genitivo pode tomar várias designações, conforme os seus empregos e valores gramaticais, como mostraremos neste estudo.

Para além dos diversos valores gramaticais do genitivo, a preposição *de* não é exclusiva deste caso e tem muitos outros empregos. Com efeito, a preposição *de* liga-se também ao caso ablativo e, em muitos outros casos, pospõe-se aos verbos ditos transitivos indirectos, regendo um complemento de objecto: *gostar de flores / carecer de dinheiro*. No Português, a preposição *de* compreende, assim, o valor das preposições latinas *a/ab*, *de*, *e/ex*, e o dos casos ablativo e genitivo¹.

* Este trabalho é o resultado da investigação feita no decurso do Mestrado de Linguística Portuguesa Descritiva e apresentado nos Seminários de «Semântica Frásica Formal» sob a orientação do Prof. Óscar Lopes, a quem devemos muitas das reflexões aqui apresentadas.

¹ LUISA LÓPEZ, María — *Problemas y Métodos en el análisis de Preposiciones*, Madrid, 1972, p. 93.

Estes múltiplos empregos da preposição *de* conferem-lhe propriedades sintácticas e semânticas diferentes e distintas. De todos os empregos destacam-se aqueles em que prevalece o sentido de separação, o ponto de partida, a origem e os vários complementos de carácter determinativo (que correspondem ao genitivo latino) ².

Desta variedade de empregos resulta que a preposição *de* é, juntamente com as preposições *a* e *em*, a de mais vasto emprego na língua portuguesa (o mesmo acontecendo provavelmente no Espanhol). Não possuímos dados estatísticos, mas uma estimativa preliminar, com base no estudo e levantamentos que fizemos, leva-nos a esta conclusão ³.

Este estudo tem como objectivo principal o estudo da preposição *de* na regência nominal, ou seja, o genitivo adnominal e as suas interpretações semânticas ⁴. Não esquecemos, contudo, os múltiplos empregos da preposição *de* e deles faremos também uma descrição analítica.

1. Os casos e as preposições

No latim clássico a função sintáctica das palavras era indicada, regra geral, pela desinência casual. Ao contrário do Indo-Europeu, entendido como «construção» ou teoria, que não conhecia preposições, o Latim admite, pouco a pouco, muitas construções em que se empregam preposições, as quais indicavam, por si próprias, a função sintáctica da palavra que precediam. Com o emprego cada vez maior das preposições, a norma vai-se alterando progressivamente até que o antigo sistema se transforma por completo. Da desinência casual propriamente dita resta o vestígio de uma ligação com a distinção entre o singular e o plural ⁵.

Bernard Pottier mostra a afinidade existente entre o sistema casual e o sistema das preposições, justificando o uso de determinadas preposições com determinados casos:

² LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 94.

³ O levantamento do *Português Fundamental* aponta no mesmo sentido.

⁴ Cf. MILNER, J. C. — «Les génitifs adnominaux en Français», in *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, p. 69.

⁵ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 77-78.

«Ces deux catégories sont donc liées intimement, quoique fonctionnellement elles présentent différences sensibles. Ce qui nous intéresse, ce sont les rapports qui sont établis entre certains cas et certaines prépositions. (...) Nous avons constaté une règle presque parfaite: la préposition qui représente un *éloignement* de la limite s'associe à l'ablatif; celle qui exprime une *approche* s'associe à l'accusatif»⁶.

Se os casos indicam a função do nome na frase, cada um deles representa um conjunto de noções ou de relações semânticas associadas às suas características morfológicas (desinências)⁷. Os casos não são, pois, vazios de conteúdo. E se existe de facto uma relação entre casos e preposições, devemos admitir que as preposições latinas não são «dessemantizadas», antes, pelo contrário, são preposições semanticamente «cheias»⁸.

No latim clássico, os poetas e escritores utilizavam já um bom número de preposições que espontaneamente consideravam necessárias para marcar, de uma forma clara e precisa, a relação que se pretendia expressar. A declinação só oferecia seis casos frente a uma extensa variedade de relações possíveis. Por exemplo, várias construções em acusativo ou ablativo eram regidas de preposição a fim de especificar a relação. O emprego das preposições era um meio auxiliar da declinação.

No latim vulgar, as preposições passam de instrumento auxiliar a um sistema que, em substituição da declinação, oferecia uma maior precisão relacional e tornava quase inútil, em muitos aspectos, a distinção dos casos⁹. Digamos, por outro lado, que as preposições do latim vulgar funcionavam praticamente da mesma maneira que as desinências casuais do latim clássico.

V. Brøndal diz que

«la définition des prépositions comme équivalents des cas s'explique historiquement par l'état de dépendance, très étroite

⁶ POTTIER, Bernard — *Systématique des Éléments de Relation. Étude de Morphosyntaxe Structurale Romane*, cit. por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*. pp. 83-84.

⁷ ERNOUT, Alfred; THOMAS, François — *Syntaxe Latine*, Paris, 1964 (2.^a ed.), p. 7.

⁸ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 86.

⁹ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 79.

à l'origine, dans laquelle la nouvelle grammaire se trouvait par rapport à l'antiquité. Voyant les cas du latin remplacés par des prépositions: le génitif par le latin vulgaire *de* (...), le datif par *ad* (...), l'ablatif et le locatif par des mots plus variés, on concluit à l'équivalence, et c'est ainsi que nous trouvons toujours dans les grammaires pratiques *du père* présenté comme un génitif (= *patris*), *au père* comme un datif (= *patri*)»¹⁰.

V. BRØNDAL, observando que este ponto de vista apresentado pelo romanista holandês De Boer é um pouco artificial, conclui que

«si l'on prend au pied de la lettre cette équivalence entre préposition et cas, on peut objecter que l'on oublie complètement que *de*, *a*, etc., sont des mots autonomes qui, en tant que tels, peuvent remplir plusieurs fonctions syntaxiques, tandis qu'un génitif, un datif, etc. sont des formes, donc des modifications de mots, modifications qui ne possèdent aucune sorte d'autonomie syntaxique»¹¹.

A principal diferença está em que, enquanto os casos só afectam sintagmas nominais (SNs) — de cuja estrutura pode fazer parte um adjetivo — ou, quando muito, ainda certos advérbios (*hic*, *hinc*, *huc*, *hac*), as preposições regem adjetivos, o complementador *que*, infinitivos e outros sintagmas preposicionais (SPreps).

Lisardo Rubio, analisando a afinidade e diferenças entre casos e preposições, diz que

«ambas categorías tienen en común su carácter de elementos funcionales; ambas sirven para indicar la relación del nombre (o pronombre) con el resto del enunciado»¹².

¹⁰ BRØNDAL, V. — *Théorie des prépositions. Introduction à une Sémantique Rationnelle*, Copenhague, 1950 — cit. por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, p. 81.

¹¹ BRØNDAL, V. — *Ibidem*, p. 81.

¹² RUBIO, Lisardo — *Introducción a la Sintaxis Estructural del Latin*, Barcelona, 1983 (4.^a ed.), cit. também por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 81-83.

Torna-se, por isso, evidente que

«las nociones que las lenguas flexivas expresan mediante las desinencias casuales se traducen en las lenguas no-flexivas con el recurso de las preposiciones»¹³.

No entanto, Lisardo Rubio, embora reconhecendo que preposições e casos coincidem pelo facto de serem monemas funcionais, sustenta que não constituem uma só e mesma categoria; além disso, as preposições são, em geral, também pré-verbos mais ou menos separáveis:

«sería erróneo asimilar simplemente casos y preposiciones viendo exactamente la misma realidad lingüística cubierta, respectivamente, por un procedimiento sintético (=casos) y un procedimiento analítico (=preposiciones)»¹⁴.

Tendo em conta as características formais das desinências casuais e das preposições, L. Rubio vê que oferecem acentuadas diferenças:

1.º — As preposições são distintas (e separáveis)¹⁵ dos termos modificados e regidos por elas:

Português: { da mãe
à/para a mãe

Latim: { de gratia
ob rem

enquanto que

Latim: { matris
matri
matre

são unidades indivisíveis.

¹³ RUBIO, Lisardo — Id. *Ibidem*.

¹⁴ RUBIO, Lisardo — Id. *Ibidem*. — Não concordamos com L. RUBIO quando vê no sistema casual um «procedimiento sintético» e no sistema preposicional um «procedimiento analítico». Quer o sistema casual quer o sistema preposicional são, no nosso entender, uma declinação: no primeiro caso uma declinação (ou flexão) por sufixos (=casos); no segundo por prefixos (=preposições). Em *matr-is* e *de + a mãe* há a mesma relação semântica, mas duas expressões diferentes (a primeira correspondente ao Latim, a segunda ao Português).

¹⁵ L. RUBIO tem apenas em conta o aspecto formal, pois tanto do ponto de vista prosódico como semântico (e sintáctico) são unidades indivisíveis.

- 2.º — Uma preposição que rege vários substantivos geralmente não se repete, a não ser com valor enfático (ex.: «um homem de coração sincero, alma nobre e elevada inteligência»), ao passo que os substantivos coordenados pela mesma função tomam todos a desinência do caso respectivo (ex.: *uir honesti cordis, nobilis animi et summae intelligentiae*).
- 3.º — Em contraste com as desinências, as preposições, no aspecto semântico, aproximam-se mais sensivelmente das palavras autónomas do que os morfemas gramaticais (V. Brøndal sustenta a mesma opinião).
- 4.º — Os morfemas (desinências) casuais expressam conceitos puros de relação, sem apoio em noções concretas, enquanto que as preposições (particularmente no Latim) expressam conceitos concretos de relação, isto é, apontam directamente ao mundo exterior dos sentidos ¹⁶.
- 5.º — As preposições (latinas), pedindo ou regendo um determinado caso, neutralizam o valor do morfema casual e convertem o nome declinado em mera designação do objecto nomeado ¹⁷. São as preposições que passam a indicar a relação do substantivo com o enunciado — relação que se estabelece por meio do «significado léxico» da preposição. É esta, precisamente, a originalidade das preposições frente à flexão e onde se encontra a causa, o motivo e o germen da perda desinencial ao serem neutralizadas as desinências casuais pelas preposições ¹⁸.

Em suma, Lisardo Rubio defende que preposições e casos repousam sobre noções essencialmente distintas, embora na prática,

¹⁶ No Latim, o nominativo e o genitivo são casos abstractos, o dativo e o ablativo são casos concretos. O acusativo é ora um caso concreto ora um caso abstracto.

¹⁷ Também aqui não concordamos inteiramente com este ponto de vista defendido por L. RUBIO, pois há preposições que regem nuns casos ablativo e noutros acusativo (*in, sub, super*), sendo o morfema casual (desinência) o indicador da função expressa. É a desinência casual que estabelece a diferença entre *in Lusitaniam* e *in Lusitania*, mesmo levando em conta a força da regência verbal.

¹⁸ RUBIO, Lisardo — *Introducción a la Syntaxis ...* pp. 166-169.

e quando traduzidas para as línguas modernas, dêem, por vezes, resultados equivalentes.

Fazendo um estudo diacrónico do Latim, constata-se a substituição, de forma gradual, do sistema casual pela construção preposicional. Rafael Lapesa¹⁹ nota a este propósito que, por exemplo, o genitivo no latim escrito (época visigoda e primeiros séculos da Reconquista) foi substituído, na língua falada, pela construção com *de*, e tal prática é geral e normal desde os primeiros textos em línguas românicas.

O Latim, como outras línguas flexivas, sobretudo ao nível da língua falada, substitui progressiva e gradualmente o sistema casual pelo sistema preposicional, sentido como mais funcional pela necessidade de especificar o tipo de relação que o falante pretendia expressar. Como assinalámos atrás, o emprego das preposições deixa de ser um simples instrumento ou processo auxiliar da declinação, dando lugar a um novo sistema que acaba por tornar inútil a distinção dos casos²⁰.

1.1 O caso Genitivo

O genitivo é, essencialmente, o caso do complemento determinativo do nome²¹, ou, por outras palavras, o caso próprio do complemento do substantivo (= *liber Petri*)²², como o acusativo é, por excelência, o caso do complemento directo do verbo (= *Petrum diligo*).

O termo *genitivo* («genitivus casus»), adaptado pelos latinos do Grego ἡ γενική Πτώσις (*ē genikē ptōsis*), é (provavelmente) o «caso da categoria», ou da «espécie», ou do «género». No aspecto formal, o genitivo «engendra os outros casos» (o radical da palavra encontra-se retirando a desinência do genitivo), na medida em que estes podem aparecer como especificações de uma determinação genérica.

¹⁹ LAPESA, Rafael — *Los casos latinos: restos sintácticos y sustitutivos*, in «BRAE», XLIV, CLXXI — Janeiro-Abril 1964, pp. 57-105 — cit. também por LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 78-79.

²⁰ LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, pp. 78-79.

²¹ ERNOUT, Alfred; THOMAS, François — *Syntaxe Latine*, p. 39.

²² Os autores clássicos, particularmente SANCTIUS e SCIOPIIUS, viram no sistema casual latino três regências casuais bem distintas: para o verbo, o acusativo; para o nome, o genitivo; e para a preposição, o ablativo. Cf. SERBAT, Guy — *Cas et Fonctions*, pp. 43-51. Cf. também VALENTÍ FIOL, Eduardo — *Syntaxis Latina*, Barcelona, 1982 (14.^a ed.), p. 58.

Não é, por isso, difícil ver que a função essencial do genitivo seja (no latim clássico e ainda hoje defendido pelos latinistas) a de «especificar». De um modo geral, é precisamente esta a função da preposição *de* nas línguas românicas, particularmente no Português, como «tradutora» do genitivo latino. O genitivo determina um ser, um objecto, um processo, designados por um nome em referência a uma realidade ou a uma noção de existência distinta, quer seja uma relação de dependência ou de posse (= *liber Petri*), a relação de uma parte com o todo (= *unus militum*), quer se trate de uma relação de qualquer outra natureza ²³.

A teoria escolástica, desenvolvendo o «modus significandi», introduz no sistema casual definições conceptuais que procuram dar conta das «propriedades das significações». Este «modus significandi» é essencial para o *nome*. Assim, o genitivo, considerado como um dos casos transitivos, ao lado do acusativo, ablativo e dativo (conceito que remonta a Prisciano), estabelece uma relação de «substância a substância», exprimindo a «origem da substância que lhe está unida, substância que lhe é própria ou estranha».

Como complemento do nome, o genitivo é definido como *ex ui possessionis* (ex.: *equus regis* (posse pura); *uicinus regis* (posse impura)), ou então *ex ui demonstrationis essentiae* (genitivo de qualidade (ex.: *forma mulieris*)) — traços semânticos que prevalecendo sobre a noção sintáctica nem sempre permitiam uma análise perfeita ²⁴.

Os escolásticos, como nos nossos dias Hjelmlev, inscrevem a teoria casual dentro de um esquema rígido, considerado como acabado ou fechado, partindo essencialmente de conceitos semânticos. Já outros linguistas modernos, apoiados mais na história das línguas e seguindo, por isso, um método diacrónico, como, por exemplo, Jerzy Kurylowicz ²⁵, sustentam que, fundamentalmente, os casos indo-europeus se ordenam em dois grupos: «casos gramaticais» (N., Ac., G.) e «casos concretos» (I., L., Ab.) ²⁶. Qualquer um destes casos assume

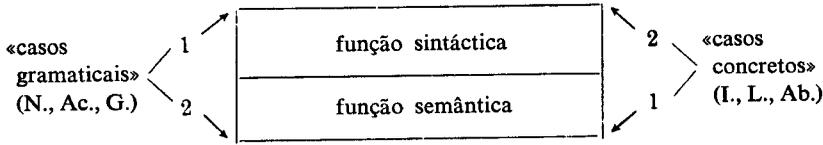
²³ ERNOUT, Alfredo; ... — *Ibidem*.

²⁴ Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, pp. 24-31.

²⁵ Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, pp. 130-144; e *Le Système Casuel est-il systématique?*, in «Revue des Études Latines», Tome LIX, pp. 298-317.

²⁶ É curioso notar que J. KURYLOWIEZ não tenha incluído o dativo, enquanto tal, no seu esquema dicotómico do sistema casual, mas o tenha considerado como uma ramificação do locativo, com uma condição precisa: «o nome em dativo deve designar um nome de pessoa». Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, p. 138.

funções sintáticas e semânticas. Os casos gramaticais têm como função primária uma *função sintática*, e como função secundária uma *função semântica*. Com os casos concretos acontece precisamente o inverso, como este esquema mostra:



A prioridade da função sintática dos casos gramaticais, segundo Kurylowiez, assenta em duas razões fundamentais:

- 1.º — O conteúdo lexical das unidades em presença é indiferente do seu emprego sintático. Assim, para um determinado nome na função de sujeito (N.) é completamente indiferente que os traços semânticos dos constituintes do enunciado o façam aparecer logicamente como *agente*: «Pedro atirou uma pedra ao cão», ou um *paciente*: «Pedro foi ferido por uma pedra». As noções de agente e paciente deduzem-se da semântica do enunciado, ou antes, do verbo, e não têm nada a ver com a relação sintática estabelecida entre o nome (Pedro) e um verbo, qualquer que ele seja, relação que permanece estável ²⁷.
- 2.º — Os casos gramaticais são passíveis de transformações, o que não acontece com os casos concretos. Por exemplo, *miles occidit hostem* equivale a *a milite occiditur hostis*, em que a transformação passiva arrasta consigo modificações nos sintagmas nominais:

Ac. —→ N.
N. —→ Ab. com *a/ab*

²⁷ Não custa, em princípio, aceitar a teoria de J. KURYLOWIEZ, que cuidamos bastante reflectida. Parece-nos, no entanto, que não será conveniente estabelecer uma dicotomia, um dualismo exclusivo (exaustivo), entre a função sintática e a função semântica, já que as duas aparecem sempre interligadas e condicionam-se mutuamente. Uma frase é ou não aceitável não só como unidade estrutural (sintática), mas também e sobretudo como unidade de conteúdo (semântica).

Se o N. e o Ac. podem sofrer transformações, é sobretudo ao G. que se aplica esta última razão. O sintagma *occisio hostium* representa a nominalização de *hostes occiduntur* ou de *hostes occidunt*, quando tradicionalmente nos referimos ao *genitivo objectivo* (ex.: (*militēs*) *occidunt hostes*) ou ao *genitivo subjectivo* (ex.: *hostes occidunt (militēs)*)²⁸.

Os empregos ou funções secundárias dos casos gramaticais são, por definição, semânticas. O morfema (a/u/e)m de acusativo singular tem um significado duplo: *sintáctico*: como complemento de objecto (direito); *semântico*: como complemento «direcciona», de «fim», de «duração», de «objecto interno», etc.. É fácil verificar que *eo Roman* exige o traço lexical «movimento» no verbo e o traço «lugar» no nome.

Uma função secundária (semântica) existe também no genitivo partitivo: *amphora uini* exprime em *amphora* a ideia de uma quantidade limitada (unidade de medida, de capacidade), e em *uini* está especificada a qualidade do conteúdo (que corresponde ao subconjunto do qual se extraiu essa porção). Se em *liber pueri* o nome em G. indica o possuidor e *liber* (N.) o objecto possuído, a construção em genitivo é, certamente, o resultado de uma nominalização por analogia de *ludus pueri* (= *puer ludit*) e daí a função primária, sintáctica, do caso G.²⁹ Por outro lado, a elipse permite dar conta, por exemplo, do «genitivo de acusação»: *accusare proditiōnis* representa, com efeito, *accusare crimine proditiōnis*, o que nos remete directamente para um genitivo adnominal, redutível a um sujeito ou a um objecto³⁰.

J. Kurylowiez inclui o G. entre os casos gramaticais, ou seja, portadores de uma função primária sintáctica. Mas se é fácil explicar *occisio hostium* como resultado da transformação em SN de uma frase (*hostes occidunt*), mais difícil será explicar, pelo mesmo processo, a função secundária em *navis hostium*, em que só pela existência

²⁸ Seria importante referir as reservas que CHOMSKY coloca quanto aos aspectos sintácticos das relações lexicais, derivações, transformações, etc., assunto que não pretendemos tratar aqui.

²⁹ No ponto 3.4 abordaremos de forma mais detalhada o problema do genitivo como «nominalização de um sujeito», seguindo o modelo de descrição estrutural de E. BENVENISTE.

³⁰ A tradução (interpretação) à letra será: «levar a tribunal (*accusare*) como incriminação (*crimine*) de traição (*proditiōnis*)».

de um «abstracto verbal» (= *hostes (habent) nauem*) o genitivo representa o sujeito ou o objecto de uma frase ³¹. Só por analogia é possível aproximar os vários tipos de genitivos, como engendrados pelos mesmos processos de nominalização.

A. Ernout e Fr. Thomas, dos seis casos existentes no Latim, distinguem:

- a) três casos gramaticais: { Nominativo
Vocativo
Dativo
- b) dois casos: ora gramaticais,
ora com valor concreto: { Acusativo
Genitivo
- c) um caso concreto ou real: — Ablativo.

Os casos gramaticais indicam a função do nome na frase e empregam-se sem preposição. O número de casos com valor concreto é muito reduzido e são geralmente substituídos pelas preposições. Aliás, só os casos com valor concreto admitem o emprego de preposições, facto que se comprova na evolução do próprio latim e, consequentemente, na passagem do sistema casual para o sistema preposicional, característico das línguas românicas.

O genitivo com valor concreto emprega-se, quase exclusivamente, para designar o todo de onde se tira (ou toma) uma parte (genitivo partitivo), função em que alterna com o ablativo. Outros

³¹ De acordo com Guy SERBAT, há a considerar ainda que a definição de genitivo ultrapassa largamente a variedade subjectiva (ou objectiva) a que KURYLOWIEZ a reduz: «Dans *usus librorum* le G. représente l'Ab. de *utimur libris*, dans *confidentia scapularum* (Plaute), c'est un D. qu'il transpose (= *confido scapulis*); et quand le poète écrit *cursores pelagi* c'est même un syntagme prépositionnel adverbial qui est nominalisé» — Cf. SERBAT, Guy — *Ibidem*, p. 136.

Embora pertinente, a observação de SERBAT não nos parece inreiramente correcta se aplicada às línguas românicas. Mesmo no próprio Latim, por exemplo, *utor* podia construir-se com um acusativo em vez do ablativo; e *confidentia scapularum* parece-nos que não pode ser traduzido no dativo, mas em ablativo: «confiança nas armas» («fido» constrói-se com dativo se se tratar de confiança em alguém (*fidere sibi*), e com ablativo se se tratar de objecto originário de confiança (*fidere gladio/armis*).

empregos do G., segundo estes linguistas, não se explicam facilmente, e são variedades de valor concreto³² (subclasses de valor semântico particular, ou variedades de natureza estilística, na opinião de E. Benveniste), o que nos leva a concluir que, num mesmo estádio de língua, coexiste uma heterogeneidade de funções e, por essa razão, os factos linguísticos não se organizam todos de uma forma sistemática.

1.2 Convergência dos casos Genitivo e Ablativo

Como referimos atrás, as línguas românicas, no que diz respeito à flexão do substantivo, não herdaram do Latim mais do que as desinências morfológicas do singular e do plural. Já no latim clássico se verifica, cada vez com maior regularidade, o recurso às preposições a fim de precisar esta ou aquela função. A preposição, pelo seu carácter autónomo, torna-se mais funcional e pode indicar várias funções sintácticas, enquanto que os casos (genitivo, dativo, etc.), porque têm desinências presas, não autónomas, não desempenham geralmente, senão duas ou três funções fundamentais. Convém notar, ainda que de modo sucinto e considerando a origem e evolução natural das línguas, que o Latim e o Grego (clássico) se encontram numa fase de transição de um sistema de declinação nominal pospositiva (por sufixos) para um sistema de declinação baseado na regência preposicional. Tal tendência acentuou-se muito mais no latim vulgar, particularmente no período final.

Em consequência desta transição, a preposição *de*, no latim decadente, não recobre apenas o valor do genitivo, mas também o do ablativo em várias das suas funções, juntando-se ainda a vários verbos prepositivos³³ (cf., no Português, os verbos *gostar de*, *carecer de*, etc.). O latim clássico aceitava já a construção do ablativo com *de* quando queria indicar a origem, o afastamento (geralmente com a ideia acessória de cima para baixo), mas tinha também um

³² Como bem nota Guy SERBAT, o conceito de «concreto», mesmo entre aspas (« »), não é o mais próprio para qualquer descrição linguística, «onde todas as significações são, por definição, abstractas» — *Ibidem*, p. 137.

³³ Entendemos por «verbo prepositivo» todo o verbo que exige uma preposição obrigatória a reger o seu complemento (a preposição forma núcleo com o próprio verbo). Não existem os verbos *gostar*, *carecer*, mas *gostar de*, *carecer de*, etc..

valor partitivo (ex.: *pauci de nostris; discam de dictis melioribus*), de matéria (sentido genérico), etc..

Alguns comparatistas, entre os quais Meillet, apontam a convergência dos casos genitivo e ablativo, não só numa primitiva forma morfológica comum aos dois casos, mas também na função sintáctica, nas línguas indo-europeias, como o Hitita e o Sânscrito, bem como no Latim (este apenas na sintaxe). O Grego (clássico), como não tinha ablativo, servia-se do genitivo e do dativo para expressar complementos circunstanciais como a causa, a matéria, a origem, etc., e também o agente. A complexidade do genitivo grego (que era uma língua de base dialectal e mais propícia à «improvisação») radica, possivelmente, na origem comum destes dois casos (genitivo e ablativo) no pré-Indo-Europeu (origem desinencial, mas não, certamente, uma amálgama sintáctico-semântica). O Latim, tendo por sua vez o caso ablativo, e dotado de uma gramática com regras mais ou menos fixas, simplifica o emprego do genitivo. Mesmo assim, encontram-se em numerosos autores (Plauto, Virgílio, Horácio, Marçal, etc.) construções em genitivo e ablativo, recobrando as mesmas funções, que não é fácil delimitar, possivelmente por decalque da sintaxe grega ou, o que é também muito provável, por uma longa tradição das línguas indo-europeias³⁴.

Ao nível semântico, o ablativo indica tipicamente a procedência (que pode ser a causa ou o agente) e é essencialmente adverbial. Não será descabido, como o propõe Maurer Júnior³⁵, admitir e ver a evolução deste ablativo para um genitivo partitivo e/ou adnominal (ex.: *de fructu lignorum (uescimur); mons auri; poculum lactis*). E é, por certo, por esta razão (quicá uma razão psicológica) que as línguas românicas (e já anteriormente o latim decadente) recorrem à preposição *de* para substituir o genitivo. A julgar por aparentes manifestações que ocorrem no latim literário ou oficial, nos registos orais desta língua *de* era a preposição mais empregada para indicar a origem, deixando de lado as preposições *a/ab, e/ex*, que se tornam obsoletas.

³⁴ Cf. MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique — *A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino* (Estudo Histórico), S. Paulo, 1948.

³⁵ MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique — *Ibidem*, pp. 47-48.

Não é, pois, de estranhar que no Português, como no Espanhol, Italiano e Francês, a preposição *de* recubra um número bastante grande de funções, umas com o valor do genitivo, outras do ablativo. É o que procuraremos mostrar no ponto 2. deste estudo, tentando sistematizar, nas suas funções sintácticas e semânticas, o emprego da preposição *de*, quer esta esteja numa posição adnominal, adverbial, adjectival (ou adverbial).

1.3 A preposição: princípios de sistematização

A Linguística Moderna apresenta várias teorias e métodos de análise, uns convergentes outros divergentes, sobre as preposições, sua classificação numa perspectiva sintáctica e/ou semântica e tentativas de sistematização, de acordo com o autor e a escola em que se integra.

Na impossibilidade de abordar em pormenor as propostas de análise de um bom número de linguistas que se têm debruçado sobre o sistema das preposições, mencionaremos aqui apenas dois deles (G. Galichet e L. Tesnière) por nos parecer que as suas propostas são de levar em conta, aceite-se ou não a sua teoria. Ressaltamos também, e em primeiro lugar, a descrição da preposição na chamada gramática tradicional (J. Soares Barbosa e Celso Cunha/Lindley Cintra).

1.3.1 A preposição na Gramática Portuguesa

Das gramáticas de língua portuguesa utilizamos a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (G.F.), de Jerónimo Soares Barbosa, e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (G.P.C.), de Celso Cunha e Lindley Cintra. São duas gramáticas situadas em épocas diferentes (G.F.: 1822; G.P.C.: 1984), apresentando pontos de vista diferentes, mas que se tornam válidos para uma descrição e sistematização funcional da preposição. Embora se trate de gramáticas tradicionais (ou consideradas como tal), são gramáticas que utilizam um método descritivo e que visam objectivos pedagógicos.

1.3.1.1 A preposição na «Gramática Filosófica»

Na G.F., J. S. Barbosa define a preposição como

«uma parte conjunctiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem para a primeira»³⁶.

A preposição, pertencendo como o verbo à classe das palavras conjuntivas, distingue-se deste por três razões fundamentais:

- 1.º — Enquanto «o verbo combina e ata entre si os dois termos da proposição, sujeito e attributo: a preposição conjuncta... só as palavras que servem de complementos, ou ao sujeito ou ao attributo, ou ao verbo da mesma oração» (G.F., 1871: p. 218);
- 2.º — O verbo estabelece uma «relação de *identidade* e *coexistência*» entre o sujeito e o predicado (attributo), «a preposição indica entre os seus dois termos *antecedente* e *consequente*... uma relação de *determinação*»;
- 3.º — «O verbo, além da sua idéa propria e principal da coexistencia dos dois termos, ajunta a esta muitas accessorias, como são a do numero e pessoas, e ainda a de um attributo, se é verbo adjectivo..., é uma parte da oração e não particula, uma parte declinavel... A **preposição** porém não indica senão uma unica idéa, e esta geral e simplicissima, qual é a relação de complemento em que um objecto está para com outro» (G.F., 1871: pp. 218-219).

³⁶ BARBOSA, Jerónimo Soares — *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados a Nossa Linguagem), Lisboa, 1871 (5.ª ed.), pp. 218-243.

O que aqui deixamos dito sobre «a preposição na Gramática Filosófica» é uma transcrição «ipsis verbis» da nossa tese de mestrado (cf. CARDOSO, Simão Cerveira — *A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: Reflexos da Gramática Geral*, Porto, 1986 (mm.), pp. 106-108.

São caracteres próprios de qualquer preposição:

- 1.º — a preposição é sempre uma palavra curta e geralmente monossílaba, sendo, por isso, chamada partícula em todas as línguas;
- 2.º — «é uma palavra **indeclinavel** e **invariavel**, simples e não composta, primitiva e não derivada»;
- 3.º — a preposição, porque exprime uma relação entre dois termos, «requer por consequencia duas idéas para combinar, uma *antecedente* e outra *consequente*»;
- 4.º — «como a segunda idéa sempre é complemento da primeira, ...esta é sempre incompleta» — incompleta ou por ser de significação vaga ou geral, e, assim, susceptível de determinação, ou por ser de significação relativa, o que origina dois tipos de complementos: uns *determinativos*, como *o livro de Pedro*; e outros *terminativos*, como *o filho de Pedro* (vd. G.F. 1871: pp. 219-220).

Por este facto, só podem pedir um complemento regido de preposição os nomes apelativos ou os adjectivos explicativos e restritivos. Os nomes próprios, os adjectivos determinativos (excepto quando são partitivos) não podem ser antecedentes da preposição, como esta não pode ser antecedente nem consequente de outra preposição.

J. S. Barbosa não se afasta muito da teoria da *Gramática de Port-Royal* que considera as preposições como idênticas aos casos, isto é, com o mesmo uso, «qui est de marquer les rapports que les mots ont les unes aux autres» (GGR, II, xi)³⁷. Sensivelmente a mesma concepção é descrita por Du Marsais: «ainsi les prépositions suppléent aux défauts des cas et les cas emportent la valeur des prépositions»³⁸, a qual no entanto não será muito desenvolvida. Outros gramáticos racionalistas do século XVIII descrevem a preposição sob o ponto de vista lógico, que J. S. Barbosa não segue, pois descreve a preposição tendo em conta critérios gramaticais, formais e funcionais.

³⁷ Cf. SAHLIN, Gunvor — *César Chesneau Du Marsais et son Rôle dans l'Évolution de la Grammaire Générale*, Paris, 1928, p. 311.

³⁸ Cf. SAHLIN, Gunvor — *Ibidem*, p. 438.

Ao tratar «do número das preposições portuguezas» (p. 221 e segs.), J. S. Barbosa analisa em pormenor o que é e o que não é uma preposição, aspectos que nos dispensamos de focar aqui. Mas o que é original no autor da G.F. é a classificação das preposições em duas classes «segundo as duas relações geraes que os objectos podem ter uns com os outros, ou de *estado e existência* ou de *acção e movimento*» (G.F., 1871: p. 226). Na concepção de J. S. Barbosa «Ambas estas relações são locaes em sua origem», dizendo a primeira respeito «ao logar *onde* alguma coisa está ou existe» e a segunda «aos logares *d'onde* alguma coisa vem, *por onde* vae, ou *aonde* vae» (G.G., 1871; p. 226). À classe das *preposições de estado e existência* pertencem as preposições *em, sobre, sob, entre, ante, após, contra, com, sem*; à classe das *preposições de acção e movimento* pertencem as preposições *de, desde, por, per, a, até, para*.

Embora original, a classificação das preposições em J. S. Barbosa não é inteiramente coerente, pois que a mesma preposição pode ser incluída numa e noutra classe ou então não ser incluída em nenhuma. J. S. Barbosa parte do princípio de que a preposição é significativa, semanticamente cheia, quando, na verdade, não é significativa (é semanticamente vazia), como o deixa entender Buffier e Du Marsais³⁹.

Citamos aqui apenas a descrição que J. S. Barbosa faz da preposição *de*, que pertence à classe que exprime as relações dos objectos com vista *ao logar d'onde* (juntamente com as preposições *desde* e *por*): *de* indica «como começa qualquer movimento e acção», presta-se a «denotar um principio physico» e marca, sobretudo, «um principio de origem». Tendo um «antecedente de significação relativa... exprime um complemento *terminativo*, indicando o termo de um principio, d'onde alguma coisa ou vem, como: *venho de Lisboa*; ou provém, como: *nascer da terra*; ou começa, como: *de um cabo a outro*; ou é causada, como: *vencido da dôr; morto de fome*» (G.F., 1871: p. 231). Mas se o termo antecedente é de significação vaga, «exprime um complemento *restrictivo* que limita a significação vaga e geral do seu antecedente, ou pelo seu possuidor e auctor, como:

³⁹ BUFFIER (1709), citado por SAHLIN, Gunvor — *Ibidem*, p. 438, considera a preposição como «une expression qui n'a un sens complet qu'avec le secours d'un autre mot qui en est le régime». BEAUZÉE, Nicolas — *Grammaire Générale*, 1767, diz que «Les Prépositions sont des mots qui désignent des rapports généraux, avec indétermination de tout terme antécédent et conséquent».

Senhor d'o mundo, pinturas de Vasco; ou pela sua materia, vaso de ouro; ou pelo seu instrumento, obras de mão; ou pelo seu modo, fallou d'esta sorte; ou pelas suas qualidades, homem de juizo, etc.» (G.F., 1871: p. 231).

Como se vê pela descrição de J. S. Barbosa, a preposição *de* tanto pode indicar uma relação de origem — e neste caso poderia ser considerada de acção e movimento — ou várias outras relações genericamente designadas como complemento restritivo. E neste último caso o «princípio de origem» está muito afastado e há ausência de acção e movimento.

Assinale-se, por último, que J. S. Barbosa constata a homologia entre os casos latinos e gregos e as preposições «para mostrar as diferentes relações em que as palavras regidas estavam para as que as regiam». Quer essas relações se façam por posposições, quer pelas preposições, «os sinais são alguma coisa diferentes, as relações porém significadas por eles são as mesmas» (G.F., 1871: pp. 276-277).

1.3.1.2 A preposição na «Nova Gramática do Português Contemporâneo»

Embora afastados no tempo (quase a dois séculos de distância), mas não tão longe de J. S. Barbosa como à primeira vista possa parecer, Celso Cunha e Lindley Cintra, tendo em conta sobretudo critérios e aspectos funcionais e também semânticos, definem as preposições como

«palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (*antecedente*) é explicado ou completado pelo segundo (*consequente*)»⁴⁰.

Baseados essencialmente em Bernard Pottier⁴¹, os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, quanto à significação

⁴⁰ CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, 1984, p. 551. Cf. também CUNHA, Celso — *Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, 1981 (9.^a ed.), pp. 377-390.

⁴¹ Cf. POTTIER, Bernard — *Systématique des Éléments de Relation: Étude de Morphosyntaxe Structurale Romane*, Paris, 1962. Cf. também «Sobre la Naturaleza del caso y la Preposición» e «Espacio y Tiempo en el sistema de las preposiciones», in *Lingüística Moderna y Filología Hispánica*, Madrid, 1976.

das preposições, consideram que «a relação que se estabelece entre palavras ligadas por intermédio de preposição pode implicar movimento ou não movimento», isto é, «pode exprimir um movimento ou uma situação daí resultante»⁴². Daí que «tanto o MOVIMENTO como a SITUAÇÃO podem ser considerados em referência ao *espaço*, ao *tempo* e à *noção*». Se considerarmos, por exemplo, a preposição *de*, verificamos que estabelece uma relação

- a) *Espacial* em: Todos saíram *de* casa.
 - b) *Temporal* em: Trabalha *de* as 8 às 8 todos os dias.
 - c) *Nocional* em: Chorava *de* dor.
- Livro *de* Pedro.

É com base na mesma ideia central: «movimento de afastamento de um limite», «procedência», que a preposição *de* estabelece estas relações⁴³.

Estes gramáticos perfilham a concepção de Bernard Pottier, considerando as preposições como «palavras plenas», isto é, semanticamente cheias, dependendo da maior ou menor intensidade significativa da preposição o tipo de relação sintáctica por ela estabelecida e que pode ser *Fixa*, *Necessária* ou *Livre*⁴⁴.

Partindo deste pressuposto, uma preposição estabelece uma relação fixa quando, unindo determinadas palavras (ou grupo de palavras), passa a constituir com elas um todo significativo, ou seja, uma verdadeira unidade composta, uma só palavra léxica. É o que

⁴² Cf. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, p. 552.

⁴³ Esta ideia é um pouco vaga e não a aceitamos inteiramente. A análise que fazemos destes exemplos no ponto 2. e seguintes ajuda a esclarecer a questão.

⁴⁴ Compare-se esta sistematização das funções relacionais da preposição com a posição de G. GALICHET (a seguir no texto) que classifica a preposição como *forte*, *aglutinada*, *fraca* ou *vazia*. Cremos, por outro lado, que não é inteiramente correcta a posição de B. POTTIER, aqui defendida pelos autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. É muito problemático que uma preposição possa ser uma «palavra plena», semanticamente cheia» e que o tipo de relação que esta expressa dependa da «sua maior ou menor intensidade significativa». Em nossa opinião, a preposição não é uma palavra plena, não tem valor por ela mesma (embora quase sempre se torne necessária), dependendo a sua escolha e valor do semantismo dos termos que relaciona (antecedente e consequente).

acontece com os topónimos (tomando, como exemplo, a preposição *de*)⁴⁵:

Rio de Janeiro; Ponte de Lima;
Viana do Castelo; Leça da Palmeira;

com alguns nomes comuns (em que se perdeu, por exemplo, a noção de «matéria»):

caminho de ferro;

em muitas formas verbais (em que a preposição ligada ao verbo, fazendo «predicado» com este, altera o seu sentido (mudança de valência)):

falar da vida alheia (mas: falar com/a);
dar com os alunos a copiar (mas: dar alguma coisa a);

ou ainda em muitas lexias (ou formas estereotipadas):

de cor; de viva voz (falar);
a ponto de (estar).

A relação torna-se necessária quando o termo principal (antecedente) exige um conseqüente, que lhe é sintacticamente necessário⁴⁶:

Isto advém da tua fanfarronice;
O João vem de Lisboa;
Ele é um inventor de máquinas.

⁴⁵ Trata-se, efectivamente, de uma só unidade de língua ou, como melhor convém chamar-lhe, de uma lexia complexa. Só não estamos completamente de acordo quando os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* afirmam que a «preposição estabelece uma relação fixa». Cremos que, sincronicamente, a lexia não comporta (já) qualquer tipo de relação e daí a impossibilidade de uma análise.

⁴⁶ Convém não confundir a preposição de regência verbal com o que se diz acima, já que, neste caso, não se trata de uma mudança de valência, mas sim de uma preposição obrigatória. Trata-se de verbos prepositivos que funcionam, como nos exemplos apontados, só com uma preposição.

Nestes casos, acentuam os autores da Gramática, «intensifica-se a função relacional das preposições com prejuízo do seu conteúdo significativo, reduzido, então, aos traços característicos mínimos», adquirindo relevo, no plano expressivo, a relação sintáctica em si ⁴⁷.

A preposição considera-se numa relação livre quando a sua presença (possível, mas não sintacticamente necessária) «é, normalmente, recurso de alto valor estilístico por assumir na construção sintáctica a plenitude do seu valor significativo». É o que acontece, por exemplo, em:

{ Encontrar-se com um amigo ⁴⁸;
 { Encontrar um amigo.

{ Procurar por alguém;
 { Procurar alguém.

A presença da PREPOSIÇÃO, para além das relações sintácticas que estabelece, «acrescenta... as ideias de «associação» (*com*) e de «movimento que tende a completar-se numa direcção determinada» (*por*)» ⁴⁹.

1.3.2 A preposição em G. Galichet

Na concepção de G. Galichet ⁵⁰, a preposição não é propriamente um signo («um signo puro»), sendo antes uma «espécie gramatical», uma vez que expressa um valor na língua. A preposição,

⁴⁷ Cf. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, p. 557.

⁴⁸ CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Ibidem*, pp. 557-558. (Com o verbo *encontrar-se*, no uso hoje mais corrente, trata-se de um acto intencional, sobretudo no futuro distante ou imediato: *Vou encontrar-me com o Manuel*).

⁴⁹ No nosso entender, a posição destes autores, quando sistematizam o «conteúdo significativo e função relacional das preposições», carece de ser mais clara e profundamente desenvolvida. Se é certo que, em princípio, se aceita que «as relações sintácticas que se fazem por intermédio de «preposição obrigatória» seleccionam determinadas preposições por causa do seu significado básico», interessa delimitar o campo do sistema preposicional, isto é, saber qual o «papel» (concreto) que este desempenha na estrutura da língua: se uma função relacional pura (apenas um elo sintáctico), ou essencialmente uma função semântica (decorrendo aquela desta).

⁵⁰ Cf. GALICHET, Georges — *Essai de Grammaire Psychologique*, Paris, 1950 (2.^a ed.).

pelo seu valor permanente e independente na língua, pertencendo a um inventário restrito e estável, tende mais para uma função relacional do que para uma significação conceptual, pois,

«el papel principal de la preposición es, sobre todo, el de expresar una relación gramatical, establecer entre dos unidades de lengua una conexión, incluso una jerarquía funcional, estableciendo una subordinación del determinante al determinado, del complemento a la palabra completada, pudiendo cambiar considerablemente las relaciones entre los términos que une, y de ella depende en gran parte el sentido de la frase»⁵¹.

A preposição possui a propriedade singular de fazer emergir, entre os termos que une, a relação conceptual e sintáctica que existe entre eles.

As relações funcionais entre os dois termos são variadas, podendo ser uma relação de determinação (ex.: o livro de Pedro), de caracterização (ex.: um homem de coragem), relação de agente (ex.: conhecido de todos)⁵², etc..

Por outro lado, os termos da relação determinam o valor e escolha da preposição, resultando daqui que uma mesma preposição pode indicar relações muito diferentes, de acordo com os seus antecedentes e consequentes (ex.: livro de Pedro; chegou de Coimbra; entrou de repente, etc.).

Em Galichet a relação prepositiva tem uma dupla condição: a preposição impõe aos dois termos o seu valor particular, ou são as relações virtuais entre os dois termos que orientam a escolha e determinam o valor da preposição. Parece, assim, haver uma espécie de rivalidade entre a preposição e os termos da relação prepositiva, quer impondo-se a preposição aos termos, quer estes subordinando aquela. E é a partir deste ponto de vista que G. Galichet distingue três tipos de preposição (muito) diferentes⁵³:

⁵¹ Cf. GALICHET, G. — *Ibidem*, citado por LUISA LÓPEZ, María — *Problemas y Métodos en el Análisis de preposiciones*, p. 43.

⁵² São precisamente os verbos não-agentivos que em Português e Francês se constroem na passiva com *de*: *querido de*, *cansado de*, etc.

⁵³ Confronte-se com o que atrás se disse dos tipos de relação postulados por CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley; relação *Fixa*, *Necessária* e *Livre*.

- 1.º — *Preposição forte*. A preposição é independente e torna-se absolutamente necessária para expressar e tornar clara uma relação:

ele veio para mim.

A ausência de preposição tornaria a frase confusa e inaceitável do ponto de vista gramatical (como unidade estrutural): *ele veio mim. Aquela relação poderia ser assegurada por qualquer das preposições: *por* mim, *sem* mim, *junto de* mim, *atrás de* mim...). A preposição, como elemento de concatenação a ligar os vários elementos de frase, tem aqui um valor pleno.

- 2.º — *Preposição aglutinada*. Quando a preposição é pedida ou determinada, quer pelo termo antecedente, quer pelo consequente, trata-se de uma preposição aglutinada. Se é o antecedente que pede e determina a preposição, esta tende a perder a sua força e independência, constituindo com esse termo uma verdadeira unidade de língua. É o que acontece frequentemente quando o antecedente é um verbo, podendo mesmo formar com este uma locução verbal:

anuir a; ir a; carecer de; contar com; etc.

Porém, se a preposição é determinada pelo termo consequente, tende também a formar unidade com este, limitando bastante a selecção do termo antecedente:

(falar) de viva voz; (estar) a ponto de/em vias de;

dando lugar, frequentemente, a formas estereotipadas de dizer. Mas a preposição pode também encontrar-se aglutinada entre os dois termos, inseparável de cada um deles e constituindo com eles uma nova unidade de língua:

caminho de ferro; Pão de Açúcar;
Rio de Janeiro; Freixo-de-Espada-à-Cinta.

Se a preposição perdeu aqui toda a sua independência, a verdade é que os termos da relação acabaram por perder

também o seu próprio valor para terem o valor de uma nova palavra ou unidade léxica.

- 3.º — *Preposição fraca ou vazia*. A preposição é fraca ou vazia quando não é mais do que a «testemunha», a «introdutora» da relação, bastando, muitas vezes, apenas a proximidade ou presença dos termos (antecedente e conseqüente) para a relação se tornar clara:

recuso-me a partir (=recuso partir);
estou a pensar em ir (=estou a pensar ir).

Diz Galichet que o sistema prepositivo é de todos o mais instável numa língua natural e onde melhor se pode observar a vida e mutação constante da língua. A preposição é uma das espécies gramaticais onde mais visivelmente se manifesta a vida das palavras e que melhor marca a originalidade de uma língua. Se compararmos uma língua com outra, verificamos que o que muda na sua estrutura linguística não são tanto os elementos fundamentais da representação designatória e classificatória ou qualitativa do mundo, mas antes as relações que estes elementos primeiros do conhecimento estabelecem e expressam entre si. E porque uma relação entre dois termos, estabelecida por uma preposição varia segundo as tendências próprias de cada língua, a tradução (e aprendizagem) encontra aqui algumas das suas grandes dificuldades.

1.3.3 A preposição em Lucien Tesnière

Lucien Tesnière, em *Éléments de Syntaxe Structurale*⁵⁴, apresenta uma sistematização interessante da preposição, atribuindo-lhe essencialmente a função de «translativo».

L. Tesnière estabelece, à partida, uma distinção entre «palavras cheias» ou plenas e «palavras vazias», isto é, entre palavras que estão «marcadas» pela sua carga e função semântica e aquelas que o não estão e «dont le rôle est uniquement d'indiquer, de préciser ou de

⁵⁴ TESNIÈRE, Lucien — *Éléments de Syntaxe Structurale*, Paris, 1976 (2.ª ed.), pp. 82-83 e 361-382. LUISA LÓPEZ, María — *Ibidem*, cita pormenorizadamente L. TESNIÈRE, pp. 50-70.

transformer la catégorie des mots pleins et de régler leurs rapports entre eux»⁵⁵.

A distinção entre palavras cheias e palavras vazias realiza-se no plano semântico. No plano estrutural estas mesmas palavras recebem o nome de *constitutivas* e *subsidiárias*, respectivamente. Se uma palavra tem, só por si, capacidade de adquirir uma determinada função estrutural, de formar um núcleo (*noeud*), então ela é constitutiva; porém, se uma palavra não é capaz de, por si mesma, desempenhar uma função estrutural, se não forma núcleo, então é subsidiária. Em *o livro de Pedro, livro e Pedro* são palavras constitutivas, ao passo que *o* e *de*, porque não têm autonomia e não podem encontrar-se sem estar ligadas a uma palavra constitutiva, são palavras subsidiárias. Tesnière diz que

«les mots constitutifs sont comme les **pierres** de construction de la phrase, tandis que les mots subsidiaires ne sont que le **ciment** qui sert à assurer plus de cohésion à leur agencement»⁵⁶.

Ainda no plano estrutural, as palavras constitutivas são chamadas «morfemas», dado que asseguram uma função estrutural; paralelamente, no plano semântico, as palavras cheias são «semanemas», uma vez que asseguram uma função semântica. Mas, para além da distinção entre palavras cheias e palavras vazias (no plano semântico) e de palavras constitutivas e palavras subsidiárias (no plano estrutural), Tesnière encontra uma terceira distinção — esta do ponto de vista morfológico — entre palavras *variáveis* e palavras *invariáveis*. Enquanto que as palavras cheias e/ou constitutivas são variáveis, as palavras vazias e/ou subsidiárias são, em princípio, invariáveis⁵⁷.

⁵⁵ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 53.

⁵⁶ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 56.

⁵⁷ Aceitamos esta classificação de TESNIÈRE apenas como princípio metodológico, já que as «palavras vazias», em TESNIÈRE, constituem um vasto grupo em que se incluem, para além da preposição, a conjunção (de coordenação e subordinação), o artigo, os pronomes relativos, os verbos auxiliares e as terminações gramaticais. O princípio de invariabilidade não funciona do mesmo modo e com as mesmas categorias em todas as línguas, como, aliás, o próprio Tesnière o prevê (*Ibidem*, pp. 58-59), nomeadamente em Português quando se trata do artigo, dos verbos auxiliares e mesmo dos pronomes relativos (cujo, cuja, cujos, cujas).

As palavras vazias desempenham na frase uma determinada função e por isso Tesnière as divide em dois grupos: *juntivos* («jonctifs») (que a gramática tradicional classifica como conjunções de coordenação) e *translativos* («translatifs») (que são os marcantes morfológicos da translação («translation»)⁵⁸. Enquanto a função dos juntivos é unir palavras cheias ou núcleos, os translativos têm por função modificar a categoria das palavras cheias. Daqui resulta que

«leur action s'exerce directement sur les mots pleins, par conséquent à l'intérieur des nucléus que forment ces mots. ...à la différence des jonctifs qui sont intranucléaires, les **translatifs** son **intranucléaires**»⁵⁹.

A preposição encontra-se, pois, entre os translativos. Na expressão *o livro de Pedro, de Pedro*, estando subordinado a um substantivo regente, tem o valor de adjectivo, isto é, sem ser propriamente adjectivo, comporta-se sintacticamente como tal⁶⁰.

Estruturalmente nada distingue o sintagma *o livro de Pedro* do sintagma *o livro vermelho*. Num e noutro caso o subordinado desempenha o mesmo papel de epíteto da palavra *livro*.

Do ponto de vista estrutural de L. Tesnière, não é aceitável que se considere a preposição como um elemento de relação entre duas palavras, como considera a gramática tradicional. Na verdade, a preposição desempenha na estrutura da língua uma função que é bem mais profunda. Para compreender o valor das preposições em toda a sua extensão e profundidade, convém lembrar que os translativos não são internucleares, externos ao núcleo, mas *intranucleares*, internos ao núcleo. Em *de Pedro* o translativo *de* é parte integrante do mesmo núcleo que Pedro. Se recorrermos ao Latim, no sintagma *liber Petri*, a desinência *-i* do genitivo, que exprime a relação entre *liber* e *Petrus*, não ocupa uma posição intermédia entre as duas

⁵⁸ L. TESNIÈRE chama a atenção para não se confundir a noção de translação com translativo: «La translation est un phénomène syntaxique, le translatif n'en est que le **marquant** morphologique (*Ibidem*, p. 83).

⁵⁹ TESNIÈRE, Lucien — *Ibidem*, p. 83.

⁶⁰ Cf. o que a este propósito diz L. TESNIÈRE: «parmi les subordonnés du substantif, qui, à ce titre, font parti du noeu substantival, le plus ordinaire est l'**épithète**, qui a pour objet de qualifier le substantif dont il dépend En principe le rôle de l'épithète est tenu pour un adjectif: *le signal vert, le signal rouge, votre jeune cousine*» (*Ibidem*, p. 145).

palavras, mas está incorporada no final da segunda. Construindo um «stemma» deste grupo, temos de incorporar a desinência casual no núcleo a que pertence o radical *Petr-*:

liber
|
Petri

Em Português temos exactamente o mesmo fenómeno que em Latim, isto é, produz-se o mesmo fenómeno sintáctico e estrutural e a representação do translativo tem que ser incorporada no núcleo de *Pedro*:

o livro
|
de Pedro

o que prova que o translativo é intranuclear.

2. Valores da preposição de

2.1 A origem: marcador (ou indicador) de fronteira

Dependendo de um verbo de movimento ou em posição absoluta, a preposição *de* indica a fronteira inicial a partir da qual se opera um movimento, o início de uma contagem, de um ciclo temporal ou vários (de frequência definida ou não). A preposição simples, ou o *de* inserido numa locução prepositiva ou na estrutura de uma locução adverbial, marca o «terminus a quo», precisa a origem, valor próprio do ablativo.

(i) *no espaço*:

- (1) O João vem da escola.
- (2) O Pedro saiu de casa.
- (3) Ele viajou do Porto a Paris escondido numa mala.
- (4) De Lisboa ao Porto são mais de trezentos quilómetros.

(ii) *no tempo*:

- (5) A partir do próximo mês teremos um novo estatuto disciplinar (=do próximo mês em diante teremos...).
- (6) De Janeiro a Abril a produção da fábrica fica quase toda em armazém.
- (7) De agora em diante quem dá ordens em casa sou eu.

(iii) *fronteira inicial (num conjunto ordenado)*:

- (8) A partir dos 100 kms.-hora não se sente o volante do carro.
- (9) A partir dos cem graus centígrados a água ferve.

Em qualquer um destes exemplos a preposição *de* tem um valor pleno e, segundo alguns linguistas (B. Pottier, G. Galichet) é semanticamente cheia. Precisando melhor a função da preposição, em (1) e (2) funciona com o valor de elativo (um pouco dúbio em (1), mas claro em (2)). Em (1), (2) e (7) não é comutável com outra preposição nem pode ser apagada^{60-A}. Em (3), (4) e (6) pode ser comutada por *entre* sem que o conteúdo semântico das frases se altere:

- (10) Ele viajou entre o Porto e Paris escondido numa mala.
- (11) Entre Lisboa e Porto são mais de trezentos quilómetros.
- (12) Entre Janeiro e Abril a produção da fábrica fica quase toda em armazém.

O que se verifica em (3), (4) e (6) é que estamos perante duas fronteiras claramente delimitadas (no espaço e no tempo): a preposição *de* indica o «terminus a quo»⁶¹, enquanto que a preposição *a*

^{60-A} Os verbos *vir* e *sair* admitem o complemento de lugar regido pela preposição *para*, mas perdendo-se naturalmente o valor de elativo. A preposição *para* indica o alativo:

- a) O João vem (para a escola + para casa).
- b) O Pedro saiu (para casa + para a escola).

⁶¹ A preposição *de* indica qualquer «terminus a quo»:

- a) «Dos Santos ao Natal ou bom chover ou bom nevar».
- b) De Espinho em diante a estrada é fraca.
- c) Desta página para a frente o romance adquire uma outra dinâmica.

indica o «terminus ad quem». Em (4) os termos podem inverter-se, mas não as preposições, mantendo-se a verdade da proposição. *Entre* mantém-se estável, devido, precisamente, à sua correspondência «de ... a (até)»:

- (13) (Do Porto a Lisboa + entre o Porto e Lisboa) são mais de trezentos quilómetros.

A sequência *a partir de* presente em (5), (8) e (9) pode ser comutada por *em*, em (5), e *a*, em (8) e (9):

- (14) No próximo mês teremos um novo estatuto disciplinar (mas não antes).
(15) Aos 100 kms-hora não se sente o volante do carro (mas não antes de se atingir essa velocidade).
(16) Aos cem graus centígrados a água ferve (mas não abaixo dessa temperatura).

Em (14) entende-se que o novo estatuto disciplinar não vigorará apenas nesse mês, mas em todos os subsequentes. Em (15) e (16) precisa-se o limite mínimo (a fronteira inicial) para que a condição expressa na proposição se verifique, tendo em conta uma situação (física) normal.

A comutação por *a* confere ainda à proposição um valor reiterativo (ou disposicional).

Ainda em (8) e (9) a preposição pode ser apagada por uma transformação na estrutura frásica, passando o complemento preposicional a objecto do verbo:

- (17) Quando o carro (atinge + passa + ultrapassa) os 100 kms-hora não se sente o volante / Atingindo os 100 kms-hora não se sente o volante do carro.
(18) (Quando atinge + atingindo) os cem graus centígrados, a água ferve.

2.2 Classificador ou especificador

(i) *Direccional*:

Numa posição adnominal a preposição *de* indica a direcção, sem precisar, contudo, se o termo conseqüente ou regido funciona como «terminus a quo» ou como «terminus ad quem»:

(19) Vasco da Gama descobriu o caminho da Índia.

(20) O carro avariou na estrada da Póvoa.

O *de* tem, nestes casos, o valor de um adlativo (lugar para onde) e de um ablativo (lugar donde): *a estrada (vai + leva) para a Póvoa e/ou (vem + traz) da Póvoa*. Em qualquer dos casos, e pese embora a ambiguidade, a preposição é sempre um marcador de fronteira. Esta ambiguidade, que não existia no Latim (a função era pontualizada através de uma preposição específica), é característica do Português e das línguas românicas em geral. Tal como o Latim, o Inglês tem duas preposições específicas para um e outro caso:

adlativo: to	Póvoa
ablativo: from	

Provavelmente, na origem destas construções está a representação verbal de adlativo. E o mais comum e normal, do ponto de vista do sujeito falante, é precisamente a indicação do «terminus ad quem». Um sujeito falante residente na Póvoa de Varzim (ou aí situado) não dirá a «estrada da Póvoa» quando se quer referir, por exemplo, à estrada que liga a Póvoa de Varzim ao Porto; para este sujeito falante esta será a «estrada do Porto».

Parece-nos, no entanto, que os valores de adlativo e de ablativo dependem essencialmente do semantismo do nome regente (termo antecedente), como se vê pelos seguintes exemplos:

- adlativo:* a) O caminho da Índia foi descoberto pelos Portugueses.
 b) A estrada da Póvoa tem muito trânsito.
 c) A rota do Cabo era temida pelos navegadores.
- ablativo:* d) O comboio de Lisboa está atrasado.
 e) O primo viajou no avião *do* Rio de Janeiro.
 f) Dentro de cinco minutos deve passar a camioneta *de* Vila Real.

Note-se ainda que, se se quer precisar o valor de adlativo, a preposição *de* pode ser comutada por *para*, desfazendo-se assim a ambiguidade da proposição:

- b') A estrada *para* a Póvoa tem muito trânsito.
 d') O comboio *para* Lisboa está atrasado.
 f') Dentro de cinco minutos deve passar a camioneta *para* Vila Real.

Em c) trata-se mais de um «lugar por onde», cuja expressão se confunde frequentemente com o caso Instrumental.

(ii) *Locativo:*

Em construções idênticas, sobretudo na linguagem popular, o *de* tem o valor de um simples locativo:

(21) O carro quebrou no caminho das Pederneiras.

Embora se trate efectivamente de um caminho, a expressão «caminho das Pederneiras» é mais uma designação do que um direccional. O caminho, delimitado, situa-se (ou passa) no lugar chamado «Pederneiras». Aqui a preposição tende a perder um pouco a sua força e quase somos levados a concluir que, como mais adiante veremos, ela forma com os termos antecedente e consequente uma só palavra léxica.

(iii) *Especificador (apositivo) espacial:*

(22) O ano passado visitámos a cidade de Lisboa, este ano viajaremos pelo Arquipélago dos Açores.

(23) Na Vila *de* Cinfães só agora foi instalada a rede de distribuição de água.

(iv) *Especificador (apositivo) cronológico:*

(24) Tudo isto aconteceu naquele fatídico mês de Março.

(25) No ano de 1983 a inflação subiu em flecha.

Quer como especificador espacial (iii), quer cronológico (iv) (especificador «lato sensu»), a preposição *de* transforma o termo consequente ou regido num aposto. O *de*, integrando o aposto, é um especificador no conjunto.

Em (22) especifica, entre o conjunto das cidades (portuguesas), a cidade de Lisboa, e, entre o conjunto dos arquipélagos, o Arqui-

pélagos dos Açores. Em (24), no conjunto dos meses, especifica Março (o mês em que se verificaram os acontecimentos). É ainda de notar que o número do ano em (25) é semanticamente ordinal, como ainda o Latim evidencia, o que prova o seu carácter de especificador ⁶².

Nestes dois casos, (iii) e (iv), o valor da preposição *de* parece aproximar-se do genitivo. No entanto, era comum no Latim o emprego do conseqüente no mesmo caso do antecedente (*urbs Romae* em vez de *urbs Romae; Martius Mensis* (ou simplesmente *Martius*) em vez de *Mensis Martii*) ⁶³.

Consideremos, porém, as seguintes expressões:

- (26) O João passou o Carnaval no Rio de Janeiro.
- (27) Em Ponte de Lima há bom vinho.
- (28) Sou natural da Póvoa de Varzim — poveirinho pela graça de Deus.

Rio de Janeiro, Ponte de Lima, Póvoa de Varzim são topónimos em que a preposição perdeu já todo o seu valor. Unindo o termo antecedente ao conseqüente, a preposição não desempenha qualquer função, não estabelece já qualquer tipo de relação, mas forma com os dois termos uma nova palavra.

⁶² A preposição *de* pode ainda ser classificada com um *apósitivo de narração*, funcionando como classificador genérico em relação ao termo à sua esquerda (antecedente) e como designador individualizante à sua direita (conseqüente) com o valor do genitivo explicativo/apósitivo:

- a) Nasci no mês de Março.
- b) Vivo na cidade do Porto.
- c) Aquele homem tem a virtude da temperança.

⁶³ O emprego do genitivo vulgariza-se sobretudo a partir do fim da época republicana, concorrendo *urbs Romae* com a forma antiga e clássica *urbs Roma* (ex.: *ex oppido Thystrae* (B. Afric.)). Trata-se de uma espécie de genitivo apósitivo (ou de definição) que estabelece uma dependência, geralmente de lugar na maior parte das construções apósitivas (ex.: *in Iordanis flumine*) e que se aproxima dos nomes de lugar com genitivo possessivo (o nome do lugar é determinado directamente pelo nome dos habitantes do país ou região em genitivo): *Lutetia Parisiorum; Augusta Taurinorum*.

Ao mesmo tempo o Latim desenvolvia ao lado de *arbor olea* (a oliveira) um genitivo do tipo *arbor ficu* (a figueira), *arbor sicomori* (o sicômoro). — Cf. ERNOUT, Alfred — *Syntaxe Latine*, pp. 41-43.

(v) *Especificador de causa/motivo:*

Ainda dentro deste valor da preposição *de* (especificador) cabem outros tipos de relação, em que, prevalecendo semanticamente a ideia de origem, a relação estabelecida é mais abstracta.

- (29) Não atendeu ao aviso de «perigo *de* morte».
- (30) Vivemos em permanente perigo de guerra.
- (31) O João estava transido de medo.
- (32) O peregrino, cansado da viagem, pediu abrigo.
- (33) Há milhões de seres humanos que ainda morrem *de* fome.

Em (31), (32) e (33) ressalta a ideia de causa, como se verifica comutando a preposição pela locução adverbial *por causa de*:

- (34) O João estava transido por causa do medo.
- (35) O peregrino, cansado por causa da viagem, pediu abrigo.
- (36) Há milhões de seres humanos que ainda morrem por causa da fome.

As mesmas expressões aceitam a comutação pela preposição *com* ou *a* (como em (39)):

- (37) O João estava transido com medo.
- (38) O peregrino, cansado com a viagem, pediu abrigo.
- (39) Há milhões de seres humanos que ainda morrem (com fome + à fome).

Numa reflexão mais profunda somos levados a concluir que a preposição *de*, que nestes casos depende de um participio que, em princípio, é passivo, funciona como uma espécie de agente (ou instrumento) da passiva.

Já em (29) e (30), dado o seu carácter disposicional (e um maior grau de abstracção), a ideia de causa parece bastante diluída e reduzida à expressão de um efeito (provável) de graduação (neste caso, elevado). A expressão «perigo de morte» é equivalente a «risco de morte/de morrer» e paralela a outras como: «risco de adoecer», «risco de ficar paralítico», «risco de desastre», «risco de guerra», etc. Se bem que «morte» e «guerra» sejam a causa (origem) do perigo, a preposição depende inteiramente do antecedente («perigo»), onde

se concentra toda a carga semântica da expressão. Os termos consequentes apenas indicam uma hipótese ou possibilidade. A preposição tem aqui o valor próprio do genitivo (um genitivo de causa (Grego) e, provavelmente, um genitivo explicativo (Latim)).

Dado o sentido declarativo-representativo de «aviso», uma relação de abstracção máxima encontra-se ainda em (29). Trata-se plausivelmente de matéria do discurso, ou seja, de uma designação sumariante de um discurso relatado:

(29') (...) aviso *de* «perigo de morte».

Outros tipos de relação de abstracção máxima, normalmente não especificada, existem em expressões como estas:

(40) O miúdo ficou especado à entrada da porta.

(41) Deu-lhe um chá de flor *de* eucalipto.

Convém notar que, como especificador de causa/motivo, a preposição *de* aparece com frequência na dependência de um verbo ou participio passado (conforme exemplos (29) a (33)):

(42) Sentou-se à sombra da árvore a descansar *da* jornada⁶⁴.

(43) Será que hoje ainda se morre de amores?

(44) O Pedro chorava, mas era de raiva.

(45) O Pai caiu morto de cansaço.

Com verbos de sofrimento físico (doença), a preposição indica a localização (orgânica/somática) da causa:

(46) O António sofre do estômago.

(47) A Anita padece da bronquite.

⁶⁴ Neste caso convém notar o seguinte:

1 — A noção de causa não é imediata. Entre o acto de *descansar* e a jornada existe o cansaço (é este que provoca o descanso):
jornada → *cansaço* → *descansar*.

2 — A relação estabelecida pela preposição *de* indica um corte final ou uma pausa de intermitência: há a implicação de uma descontinuidade.

De qualquer modo, é um *de* nitidamente ablativo.

(vi) O *de* designa um objecto intencional (psíquico):

- (48) Ele tem medo *de* viajar de avião⁶⁵.
- (49) Não há nada mais belo e doce que o carinho de uma mãe.
- (50) Sabia ao menos que tinha o amor de Deus.

Nestes casos, para além do objecto intencional, o *de* designa também a origem.

Implica também uma ideia de afastamento (valor de ablativo):

- (51) Devido a uma série de complicações com a polícia, fomos impedidos de partir.

(vii) Uma outra função da preposição *de* é a de qualificador, especificando a origem:

- (52) Já se sabia que uma mulher de baixa condição não lhe servia para esposa.

ou transformando um SN em SAdj.:

- (53) O João é homem de dinheiro (=endinheirado).
- (54) O Pedro é um rapaz de muito siso (=assisado).

A preposição *de* comuta, neste caso, com *com*:

- (55) O João é homem com dinheiro.
- (56) O Pedro é um rapaz com muito siso.

Nestas construções é difícil especificar qualquer circunstância para o sintagma regido de *de*. Este sintagma pode-se é parafrasear por uma construção com o verbo *ter*:

- (53') O João é homem que tem dinheiro.
- (54') O Pedro é um rapaz que tem muito siso.

⁶⁵ Com nomes como *medo*, *pavor*, *esperança*, *desejo*, que designam estados psíquicos pouco activos (médio-passivos), a preposição *de* indica, especificamente, o objecto psíquico (espécie de diátese que se diferencia em certas línguas, como o Arménio (como observa o Prof. Óscar Lopes)). Porém, se os nomes designam estados psíquicos activos como *atenção* (*a*), *tendência* (*para*), *propensão* (*para*), a preposição *de* não é admissível e o termo consequente funciona como um direccional.

O que se observa é que o sintagma regido de *de* contém diáteses diferentes, que podem indicar uma *relação activa*, uma *relação médio-passiva* ou apenas uma *relação passiva*. A construção com *ter* apresenta o interesse de evidenciar as ambiguidades da diátese.

A comutação por *com* implica a abordagem de uma noção muito genérica de concomitância.

(viii) *Especificador de quantidade (ou quantificador)*:

A preposição *de* determina a quantidade, o valor dimensional (ou a faixa de valores dimensionais):

- (57) Entrou no Tejo uma esquadra de vinte navios.
- (58) O tio António era já um homem de idade avançada.
- (59) Uma rapariga de 22 anos e já divorciada por duas vezes!

A comutação por *com* é normal, sendo mesmo indiferente o emprego de uma ou outra na linguagem comum:

- (60) Entrou no Tejo uma esquadra com vinte navios.
- (61) O tio António era já um homem com idade avançada.
- (62) Uma rapariga com 22 anos e já divorciada (...)!

Note-se que em (57) o *de* determina a dimensão da cardinalidade.

(ix) *Ponto de vista*:

Regido de alguns verbos ou adjectivos, a preposição *de* indica o ponto de vista. A preposição depende do antecedente, formando núcleo com este:

- (63) Não sei como tão facilmente se possa mudar de atitude.
- (64) Se tivesse personalidade, não mudava de nome.
- (65) Redobrava de energias a cada instante, até que acabou por vencer.
- (66) Parece que o tipo é um pouco falho de memória.
- (67) O pai era homem apertado da bolsa.
- (68) Ele é um homem cheio de ódio.
- (69) Casou com um homem carecido de bens, mas honesto e trabalhador.
- (70) De queixumes és tu farto.

O valor do *de* aproxima-se quer do genitivo quer do ablativo. Regido por um verbo recobre o valor do ablativo, mas, se o regente é um adjectivo de «abundância» (ou o seu contrário), o caso mais comum é o genitivo, embora o Latim admitisse também o ablativo (em algumas circunstâncias), uma vez que estes adjectivos requerem, genericamente, um complemento de matéria. E esta flutuação entre o genitivo e o ablativo comprova-se em Português pela aceitabilidade da preposição *em* com quase todos os adjectivos desta espécie (espécie de estratégia de metáfora *locativa* para um complemento de «ponto de vista»). Particularmente em (68), (69) e (70) o *de* é ablativo; há aqui uma noção metafórica de matéria a preencher uma também metafórica capacidade.

- (71) ? (...) o tipo é um pouco falho em memória.
- (72) O pai era muito apertado (na bolsa + no dinheiro).
- (73) Casou com um homem pobre em bens, (...).
- (74) Em queixumes és tu farto.

Porém, o adjectivo *cheio* não aceita outra preposição (em Latim *cheio* regia também ablativo: *pleni sanguine riui* (=torrentes de sangue)⁶⁶:

- (75) *Ele é um homem cheio em ódio.

(x) *Género/espécie*:

Numa posição internominal, a preposição *de* especifica o género ou a espécie do termo (substantivo concreto ou abstracto) à sua esquerda, funcionando como classificador genérico do termo à sua direita:

- (76) Tinham a casa recheada de objectos *de* luxo.

⁶⁶ Com muitos adjectivos de «abundância» (ou os seus contrários), a preposição *de* pode também ser considerada com a função de partitivo. Psiquicamente não entendemos a totalidade, mas apenas uma parte (a maior): o coração de um homem não está apenas cheio de ódio, há sempre lugar, por mais ínfimo que seja, para a tolerância, para o amor. Note-se que o partitivo diz respeito ao SN à direita (é o consequente):

- a) Cheio de ódio (aquilo de que está cheio).
- b) Falho de memória (aquilo de que é falho).

- (77) Não há uma faca de cozinha nesta casa.
- (78) Este livro de culinária faz jus às tradições da boa cozinha portuguesa.
- (79) Para que servem todas essas palavras de ódio?
- (80) Voltou para ela uns olhos de ardor e paixão.
- (81) Uma criança de excelente carácter.

Também aqui o *de* flutua entre o genitivo ⁶⁷ (genitivo descritivo) e o ablativo (ablativo de qualidade ou ablativo descritivo), o que reforça a teoria da convergência dos casos genitivo e ablativo (que terá, certamente, a ver com a passagem do «genus» (género) à «species» (espécie)).

- (xi) Relativamente próximo da função de especificador de género/espécie, está o *de* dependente de um substantivo colectivo e que tem a propriedade de o classificar (como acontece em (82)), de o singularizar, o que se verifica pelo artigo definido:

- (82) Foi eleito para a Assembleia de Representantes.
- (83) Avistou ao longe uma manada de bois.
- (84) O rapaz apascentava um rebanho de ovelhas.
- (85) Ainda agora passou por aqui uma caterva de gente.

De salientar que o termo à direita terá de estar obrigatoriamente no plural, ou então ser ele também um colectivo-massivo (como em (85)).

Noutras expressões o *de* pode indicar o género/espécie, ou então especificar o conteúdo:

- (86) Estava ali um copo de água.
- (87) Esqueceram-se de pôr na mesa os copos de água.
- (88) Achou um maço de cigarros.
- (89) Esperava tudo, menos aquela carta de despedida.

⁶⁷ BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», in *Problèmes de Linguistique Générale* 1, Paris, 1966, designa este genitivo um «genitivo de qualidade», particularmente o exemplo anotado em (81): *uma criança de excelente carácter*. É, aliás, um dos quatro empregos do genitivo admitidos por BENVENISTE. Deixamos, contudo, a exploração deste assunto para o ponto 3, onde tratamos especificamente o genitivo.

Tal como nos anteriores exemplos, o termo à direita ou é um massivo (86) e (87) ou está no plural (88). Em (86) e (87) o *de* especifica um fim ou um destino: copo(s) para água. Em (88) *maço* é tomado como um colectivo de medida e *cigarros* é o conjunto plural, portanto discreto. Em (89) a qualificação especificadora é de fim ou intenção.

A preposição *de* pode também indicar a medida (dependendo, possivelmente, do semantismo do verbo): medida de um massivo (singular) (em (90)), ou medida de um nome contável (=discreto), e daí o plural *cigarros* (em (91)). *Maço* é um colectivo de medida (equivalente a um número colectivo: dezena, dúzia, grossa):

- (90) Beba sempre um copo de água ao levantar da cama
(=uma determinada quantidade de água).
(91) Ele fuma um maço de cigarros por dia (=20 cigarros).

Perde-se a noção de medida de capacidade se *de* aceitar a comutação por *com*:

- (92) Estava ali um copo com água.
(93) ? Achou um maço com cigarros.

Em (89) o termo à direita da preposição é um nome deverbal e a preposição *com* só é possível se esse termo for também comutado por um sinónimo ou um nome deverbal da mesma família (tornando-se a aceitabilidade da frase um tanto subjectiva):

- (94) Esperava tudo, menos aquela carta com o seu despedimento.

Carta de despedida é uma designação não genérica: designa um tipo de carta (como *carta de parabéns*, *carta de pêsames*, etc.).

Em (88) a comutação só parece possível se o semantismo do verbo o permitir, ou então se o interesse do sujeito falante se centrar mais no conteúdo do que no continente (espécie de metonímia):

- (95) a. Achou um maço (com + sem) cigarros.
b. Achou um maço ainda com cigarros.
c. Achou um maço já sem cigarros.
(95') ?? Comprou um maço com cigarros.

Em (86) e (87) as expressões são ambíguas, pois o *de* tanto pode indicar o género/espécie (um determinado tipo/género de copo), como a medida de capacidade (uma determinada quantidade (particularmente em (86))).

(xii) *Matéria:*

Incluímos também na função de especificador a preposição *de* quando indica a matéria de que um objecto é feito.

O *de* tem, neste caso, o valor do ablativo (sendo frequente no Latim o emprego do adjectivo em vez do substantivo em ablativo (ex.: *pocula ex auro* = *pocula aurea*)). O genitivo de matéria encontra-se no Grego (clássico), o que leva a admitir que ele pertencia já ao Indo-Europeu. Em Latim não se encontra nenhum exemplo que permita distinguir um genitivo que exprima a matéria de que um objecto é feito (**pocula auri* — não é admissível); o Latim criou o ablativo de matéria regido de *ex*.

- (96) Não vendemos sacos de papel.
- (97) Colocou na campa do pai uma lápide de mármore.
- (98) Quanto custa o candeeiro de cristal?
- (99) Naquele dia calçou umas botas de borracha.

Funcionando como especificador de matéria, é possível a comutação pela preposição *em*, o que é pouco usual em Português:

- (100) Quanto custa o candeeiro em cristal?
- (101) ? Naquele dia calçou umas botas em borracha.

A construção com a preposição *em* é galicismo (se bem que a preposição *de* seja também a mais comum em Francês: ex.: *une table de bois*, melhor que *une table en bois*), e na relação estabelecida dá relativamente mais importância à matéria (termo consequente) do que ao objecto (termo antecedente)^{87-A}.

(xiii) Situando-se entre o género/espécie (x) e a matéria (xii), encontra-se ainda o *de* como especificador:

^{87-A} Este aspecto é posto em destaque numa frase como: *Eu queria umas botas em borracha*. A preposição *em* selecciona um determinado material por oposição a outro.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

- (102) O miúdo perdeu o compêndio de matemática.
(103) Ele ofereceu um livro de cozinha à namorada.

A preposição *de* indica a matéria ou conteúdo (do compêndio, do livro, tomados «in abstracto»), e pode interpretar-se como de matéria de discurso (tratado ou sumário de um discurso relatado). É essa a origem latina (*De Bello Gallico*). A comutação da preposição *de* por outra qualquer sofre das mesmas restrições de aceitabilidade:

- (104) ? Ofereceu um livro sobre cozinha à namorada.
(105) *O miúdo perdeu o compêndio (em + sobre) matemática.

Tendo algo a ver com o assunto (ou complemento de matéria de discurso), o *de* aparece nas seguintes estruturas:

- (105) Não é mesmo a imagem de um homem?
(106) Vi hoje o retrato do «Tónio» numa montra.

A preposição estabelece uma relação de representação (=a imagem representa um homem), podendo aproximar-se do genitivo objectivo.

(xiv) Bastante diferentes são as seguintes expressões:

- (107) Repara, a cor do céu hoje está mais fulgente.
(108) As águas do mar são da cor *do* céu.
(109) O estilo de Camilo é fogo mas brilhante.

Em primeiro lugar há a considerar em (107) e (108) o sintagma *cor de*. *Cor* pertence à classe dos substantivos prepositivos. Sobretudo o exemplo apontado em (108) pode aproximar-se de (53) e (54) — transformação de um SN em SAdj.: cor do céu = cor celeste —, mas o mais correcto é, no nosso entender, considerar *cor do céu* como uma só palavra já lexicalizada no uso corrente e normal da língua (o que, sincronicamente, torna difícil a classificação da preposição): *cor do céu* é uma espécie de cor (=azul celeste), como verde, vermelho, laranja, azul, cor de rosta, etc.. *Cor de (x)* determina (mais especificamente) uma classe de equivalência; pela sua produtividade, a construção *da cor de* é um arquissemema adjectival (e não tanto uma lexia).

Na relação de determinação existente também em (109), a preposição *de* funciona como classificador específico do termo à sua esquerda, que singulariza em relação ao termo à sua direita. Também aqui se aproxima de (53) e (54).

O que se deduz destes exemplos é que a relação de determinação estabelecida pela preposição *de* depende da semântica do nome.

(xv) Situado entre a *matéria* e o *ponto de vista*, encontra-se o *de* regido por um verbo de «abastecer»:

(110) Assinou um contrato para abastecer de legumes o Supermercado.

(111) Como o ano foi bom, atulhou o celeiro de trigo.

(112) O comandante mandou prover o navio de mantimentos.

Nestes verbos há, por forma literal ou metafórica, um sema de *encher* (ou *esvaziar*) e o correlativo nome de matéria regido por *de*. Mais genericamente, estamos perante uma dimensão (tipicamente, a de capacidade) e os verbos com sema de *encher* exprimem uma actividade que tende à realização do máximo da dimensão (*esvaziar* à realização do mínimo). Esta actividade é aditiva (ou subtractiva) e incide sobre porções de um determinado tipo (matéria).

A comutação por *com* é possível⁶⁸:

(113) (...) abastecer com legumes o Supermercado.

(114) (...) atulhou o celeiro com trigo.

(115) (...) mandou prover o navio com mantimentos.

(xvi) Incluímos ainda o *de* como especificador quando estabelece uma relação de nomeação (ou de individualização):

(116) Acabo de ler o novo romance *de* José Cardoso Pires.

(117) As obras de Eça de Queirós continuam a ser sucessivamente editadas.

⁶⁸ À primeira vista pode parecer que a preposição *com* altera de algum modo a semântica da frase; se bem que não seja frequente o seu emprego em estruturas como as anotadas, ouvimo-la aqui e além na linguagem popular. E, embora com menos aceitabilidade, a comutação pela preposição *em* é também possível (dependendo do semantismo do verbo):

(113) a. (...) abasteceu o mercado em legumes.

(115) a. (...) ? prover o navio em mantimentos.

A preposição *de* indica o agente-autor. Tem o valor do genitivo e, de algum modo, aproxima-se do genitivo possessivo (ou antes, agentivo).

Diferente é o valor do *de* nas seguintes expressões:

- (118) Morou algum tempo na Rua de Camões.
- (119) A concentração fez-se na Avenida da Liberdade.

Embora se estabeleça numa relação de nomeação, o *de* não indica o agente-autor, mas tem antes a qualidade de singularizar o termo à sua esquerda e é a semântica deste que condiciona o valor do *de*. Os nomes de ruas, praças, escolas (rua de ... praça de ... escola de ..., etc.) equivalem a valores indiciais, tal como um numeral ordinal (os números das ruas de Nova Iorque ou de Espinho são números ordinais, sob forma cardinal por questão de simplicidade^{68-A}).

Nestes casos, o valor da preposição *de* não deve ser confundido com o *de* funcionando como especificador (apositivo) espacial (vd. (iii)), como *cidade de Lisboa*, *Arquipélago dos Açores*, em que o aposto corresponde a um actante predicativo (ou um complemento nominal: a cidade *de Lamego*).

De resto, em Português nem sempre se diz «Ele mora na *rua de Camões*», mas muitas vezes: «Ele mora na *rua Camões*», «na *Alameda Afonso Henriques*», «na *Avenida João XXI*», «na *Praça Humberto Delgado*», etc.; ou ainda

- (120) a. A Joana frequentou a Escola (de + ϕ) Oliveira Martins.
- b. O Artur andou no Liceu (de + ϕ) Alexandre Herculano.

em que o apagamento da preposição em nada altera a relação entre os dois termos.

^{68-A} Em vez de interpretarmos o *de* como estabelecendo uma relação de nomeação (ou de individualização), é pertinente levantar a questão de se tratar aqui, antes, de um *de* «celebrativo-comemorativo» ou um *de* «memorial», «(quase) votivo». Sendo assim, a equivalência a valores indiciais não pode ser defendida. (Devemos esta observação ao Doutor A. Franco, como outras que se seguem, no texto, nomeadamente a distinção entre o *de* especificador (apositivo) espacial e o *de* na relação de nomeação).

No entanto, o *de* especificador (apositivo) espacial não pode ser apagado:

- (121) a. Sou da Ilha da Madeira (mas *sou Ilha Madeira).
b. Visitei o Arquipélago dos Açores (mas *visitei Arquipélago Açores).
c. Estive no Canal da Mancha/do Panamá (mas *estive no Canal Mancha/Panamá).
d. Viemos da cidade de Lisboa (mas *viemos da cidade Lisboa).

Confiram-se ainda os exemplos:

- (122) a. A cidade de Coimbra/ a cidade do Mondego/ a cidade de Camões.
b₁. A cidade de Leiria.
b₂. Leiria, a cidade do Liz/ a cidade de Rodrigues Lobo.

em que subjacente à função de especificador existe também a relação de nomeação (ou de individualização). O termo antecedente (=cidade) não permite o apagamento da preposição.

Note-se ainda que a preposição pode ser parafraseada por um participio ou um SPrep. (concomitativo), ambos com o sentido de nomeação:

- (123) Morou algum tempo na rua (chamada + com o nome) Camões.

(xvii) *Qualificador*:

A preposição *de*, na dependência de um adjectivo (subjectivo), funciona, por vezes, como qualificador de um nome à sua direita, expressando um determinado estado emotivo do sujeito falante (em relação a alguém ou a alguma coisa):

- (124) Infeliz de mim, que não tenho mais alegria na vida!
(125) Feliz de quem tem pai e mãe!
(126) O parvo *do* João deixou-se levar pelos amigos de ocasião!
(127) A estuporada da cadeira tem-me dado que fazer!

Não é muito comum este emprego da preposição *de* em Português, como já não o era em Latim. É o que os latinistas classificam como genitivo exclamativo (*mercimoni lepidi!*) e que tem um valor independente na língua, já que não é determinado pelos termos da proposição. Tem essencialmente um valor expressivo e W. de Groot define-o como: «expression of an emotional attitude of the speaker to something, perhaps always a non person»^{68-B}.

Em Português, este genitivo exclamativo é, possivelmente, o resultado de uma transformação de um predicado que adquiriu valor expressivo (ou estilístico)⁶⁹.

(128) Eu sou infeliz, não tenho mais alegria na vida.

(129) O João é parvo, deixou-se levar pelos amigos de ocasião.

Este valor expressivo (ou estilístico) é característico da língua francesa. Parece-nos que este *de* «qualificador» ocorre fundamentalmente com adjectivos que exprimem a atitude (positiva ou negativa) do falante; tem, pois, a ver directamente com a (expressão da) *valoração* por parte do sujeito falante (avaliação subjectiva).

2.3 Modalizador assertivo

- (i) Ocorre frequentes vezes o emprego da preposição *de* depois de um verbo transitivo (directo ou indirecto) ou intransitivo, sem que esteja na sua dependência directa (o seu emprego é determinado pelo tipo de acto de fala). Vejamos três exemplos:

(130) Ele fez isso de verdade.

(131) O Rui Pedro está alegre de verdade.

(132) Quero-lhe de todo o meu coração.

Nos dois primeiros casos ((130) e (131)), o *de* (+Nome (concreto ou abstracto)) tem um valor ilocutório de confirmação de uma asserção. O SPrep., introduzido por *de*, modaliza a asserção, con-

^{68-B} DE GROOT, A. W. — *Les oppositions dans les systèmes de la syntaxe et des cas*, «Mélanges C. Bally», Slatkine Reprints, Genève, 1972, pp. 107-127.

⁶⁹ Cf. MILNER, J. C. — *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, 1978, cap. V e VI, que estuda de modo pormenorizado estas construções.

firmando-a. Em comunicação dialógica é aposto a uma dúvida (real ou eventual), principalmente com uma frase interrogativa:

(133) Ele fez isso de verdade?

A resposta normal é: *Fez pois!* — resposta de confirmação à pergunta para confirmação.

Parece-nos que o *de* (com a totalidade da expressão) funciona como um intensificador, tem um valor enfático, como se vê pela paráfrase:

(134) Ele fez mesmo isso / Ele *fez mesmo*.

Há como que uma aproximação à terminologia jurídica em que as expressões têm um valor de qualificação da verdade, asseverativo ou confirmativo (= *de facto*; [*de re*; *de iure*]).

Tal *facto* torna-se mais evidente se, em vez de um verbo transitivo, há um verbo cópula + adjectivo predicativo:

- (135) a. O Rui Pedro está alegre de verdade.
b. O Rui Pedro está mesmo alegre.
c. O Rui Pedro está alegre na plena aceção do termo.

São enunciados constativos em que o sintagma *de verdade* exprime a suposição de que esse enunciado reproduz um conteúdo perceptivo adequado no sentido do ouvinte. Quando o falante produz um enunciado destes (o falante sublinha um *facto* que lhe parece ou é óbvio e pretende convencer disso o seu interlocutor), ele parte de que aquilo que diz é evidente para o seu ouvinte e que este reconhece como correspondendo aos *factos*: aquilo que o falante disse. Por outro lado, há como que o estabelecimento (ou então a definição) do valor (ou intensidade) normal para uma qualidade: «alegre, mas o que se chama alegre», «autenticamente alegre».

As frases (135) b. e c. confirmam o valor enfático do *de*, que, como se comprova, é um elemento da estratégia de ênfase.

Consideremos, porém, o exemplo anotado em (132):

- (136) a. Quero-lhe do fundo do meu coração.
(= *ab imo pectore*)
b. Quero-lhe de todo o meu coração.
c. Quero-lhe do coração.

O valor do *de* em (132) é algo diferente de (130) e (131); em vez de uma confirmação ou modalização, contém uma superlativação: o *coração* é aqui como que uma medida, dimensão ou espaço que o loquente toma na sua medida máxima: (de) *todo* o meu coração.

(ii) Indicando o modo, mas sem carácter assertivo, a preposição *de* estabelece uma relação entre um verbo intransitivo e um nome:

(137) Durante toda a celebração estive de joelhos.

(138) O marido costumava dormir de costas.

(139) O professor andava sempre de fato e gravata.

A relação estabelecida é uma relação de abstracção e, por isso, dependente da semântica do verbo ⁷⁰. Por outro lado, o *de* em (137) e (139) aproxima-se dos exemplos (53) e (54) (transformação de um SN em SAdj.) ⁷¹:

(137') Durante toda a celebração estive ajoelhado.

(139') O professor andava sempre engravatado.

⁷⁰ Relação idêntica é estabelecida pela preposição *a*: *Gosto de andar a cavalo/a pé*. É curioso notar que nas expressões *a pé/de pé* o valor das preposições pode ser idêntico (sobretudo ao nível da oralidade e com marcas regionais): ? *Nos autocarros andamos sempre a pé/de pé*, ou, melhor, *Às seis horas da manhã já ele estava a pé/de pé*. Porém, o valor altera-se significativamente, de acordo com a semântica do verbo (estático ou dinâmico):

a. Nos autocarros viajamos sempre (de pé + *a pé).

b. Vou de pé, mas felizmente não vou a pé.

Viajar de pé ou *ir de pé* implica a utilização de um veículo de transporte em que o passageiro não vai sentado, mas apoiado nos seus próprios membros; *viajar a pé* ou *ir a pé* obriga ao movimento das pernas como meio de locomoção de um lado para o outro.

A preposição *de* implica, assim, o estatismo do sujeito, enquanto a preposição *a* indica dinamismo (o movimento parte do sujeito).

⁷¹ *Dir-se-ia* que o complemento com *de* equivale a um adjectivo funcionando como nome predicativo do sujeito. Mas o verbo *estar* também admite advérbio predicativo: *estar ali*. Note-se, a título de curiosidade, a construção: *estar assim* (*estar assim* tanto pode ser pro-adjectival: *estar calado*, como pro-advérbio: *estar inabalavelmente ali*).

- (iii) Uma relação de abstracção aparentada com a acima referida, mas que hesitamos em incluir na mesma classe, é a que é estabelecida em casos como:

(140) O aluno cita de memória.

(141) O seu avô sabia de cor tudo o que aprendeu na primária.

Se em (140) a preposição *de* indica o modo (relação ainda mais abstracta do que a anterior) e depende do verbo, em (141) a dependência em relação ao verbo perde-se quase por completo, pois forma uma espécie de lexia com *cor*. A palavra *cor* (do Latim *cor*, *cordis* = coração) só por si não funciona na língua portuguesa, mas apenas posposta à preposição *de*: *de cor*. «Saber de cor» é «saber do coração» (o coração era tido como a sede do saber).

Convém notar que a preposição *de* não indica apenas o modo, mas também, e em primeiro lugar, a *origem* e daí o valor do ablativo (o lugar de onde se tira a citação: *citar a partir da memória* ou também *citar de cabeça* — que podemos confrontar com: *citar do texto / do livro* (relação menos abstracta); ou o lugar sede, do saber: *saber de cor* (=do coração)).

2.4 Indicador cíclico

- (i) Um caso particular da preposição *de* encontra-se quando funciona como indicador (ou marcador) cíclico, como aqui o classificamos. Analisemos estes exemplos:

(142) O miúdo contava as peras *de dez em dez*.

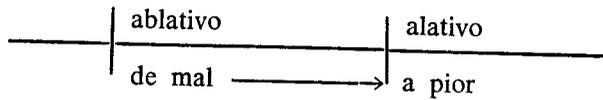
(143) *De vinte em vinte* quilómetros aparece uma bomba de gasolina.

Em primeiro lugar, no exemplo anotado em (142), embora a expressão *de dez em dez* seja composta de números cardinais, a preposição estabelece uma pré-ordem que é (forçosamente) ordinal. É esta pré-ordem estabelecida pelo *de* que marca as sequências cíclicas daí originadas. É a medida, a ordem, que indica o ciclo. Em cada uma das sequências cíclicas, o *de* tem o valor do ablativo, indica a origem, o termo inicial de cada ciclo; mas como se trata de uma ordem, ele aponta imediatamente para o alativo, indicando

Semelhante a este encontramos outros casos, mas de natureza abstracta:

(145) O custo da vida vai de mal (a + ? em) pior.

Temos igualmente estabelecida uma ordem ou, se quisermos, uma gradação (que atinge ou tende para o grau máximo, o clímax). O *de* indica o limite de onde ciclicamente se parte, o termo tomado como inicial: o ablativo; e aponta de imediato para o alativo, o termo tomado cíclico final de um processo:



A paráfrase é possível e aponta também para o clímax:

(146) O custo da vida está cada vez pior.

onde a ciclicidade se mantém, embora expressa de modo mais indirecto, pois admite-se uma sequência de *vezes* tais que em cada qual o custo de vida é pior do que na vez anterior (comparativo cíclico, monotamente crescente).

Anotemos, a título de curiosidade, algumas expressões metafóricas em que a preposição *de* apresenta o mesmo valor:

(147) Nos últimos tempos o João tem andado de cavalo para burro.

(148) O Pedro andou de Seca em Meca e não conseguiu arranjar trabalho.

Sobretudo em (148) a análise torna-se difícil, pois trata-se de uma lexia em que as preposições *de* e *em* funcionam como meta-variáveis.

(ii) *Localização cíclica:*

Uma outra função da preposição *de* é a de indicar um determinado tempo cíclico, mais ou menos delimitado no espaço temporal

(mas sem precisar o tempo exacto), em que se faz ou acontece alguma coisa:

- (149) A mãe levanta-se logo *de manhã cedo* para cuidar da casa e do pequeno almoço.
- (150) Trabalho melhor *de tarde* do que *de manhã*.
- (151) Era ainda *de madrugada* e já o lavrador apunha os bois ao carro.

A preposição, que tem o valor do ablativo (tempo em que), se for comutada altera sensivelmente a semântica da proposição, perdendo-se, em grande parte, a noção da localização cíclica:

- (152) ? A mãe levanta-se logo *pela manhã cedo* para cuidar da casa e do pequeno almoço.
- (153) Trabalho melhor *pela tarde* do que *pela manhã*.

Em (152) a estrutura frásica não nos parece inteiramente aceitável. E com a preposição *por*, quer em (152), quer em (153), o espaço temporal abrange todo o ciclo (toda a tarde, toda a manhã), aproximando-se, neste caso, do acusativo. Parece-nos que a preposição depende da semântica do verbo e do tempo (a ciclicidade não é garantida apenas pelo SPrep. integrado por *de*). E uma das provas é que apenas a preposição do exemplo (150) pode ser comutada por *durante*:

- (154) Trabalho melhor *durante a tarde* do que *durante a manhã*.

Acentue-se, uma vez mais, que os semas do verbo e do tempo condicionam particularmente o valor da preposição. Em (149) e (150) o verbo tem um sentido iterativo e encontra-se no imperfeito e no «presente habitual», respectivamente, o que remete para uma ciclicidade. Se em vez destes tempos tivermos o passado ou o futuro, deixa de haver ciclicidade (levantou-se / levantar-se-á não seria cíclico):

- (150') ? (Trabalhei + Trabalharei) melhor *de tarde* do que *de manhã*.

Curioso é o emprego da preposição *de* anteposto às estações do ano:

- (155) Com o tempo que faz, tenho de arrumar a roupa de (inverno + primavera + verão + outono).
- (156) De inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que de verão.
- (157) *(De primavera + de outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

No primeiro caso (155), não se trata de uma localização cíclica, e a preposição *de* funciona como qualificador, transformando um SN em SAdj. (Vd. 2.2 (vii)). Já em (156) o *de* funciona como indicador cíclico (localização). Porém, como se constata pela inaceitabilidade de (157), só *verão* e *inverno* aceitam a preposição *de*. A preposição mais comum em Português, com o mesmo valor, é *em*, e que comuta com *de* nos casos em que esta é aceitável ⁷²:

- (156) a. No inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que no verão.
- (157) a. (Na primavera + no outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

Tal como acontece em (150), as preposições *de* e *em* podem comutar por *durante*:

- (156) b. Durante o inverno trazemos (sempre) roupas mais quentes que durante o verão.
- (156) b. Durante (a primavera + o outono) trazemos quase sempre roupas mais leves.

Do mesmo modo a interpretação semântica é diferente: enquanto as preposições *de* ou *em* indicam um determinado espaço no ciclo, podendo ou não abrangê-lo na totalidade, *durante* remete para o todo do espaço cíclico.

⁷² A propósito convém recordar que o Francês emprega a preposição *en* excepto para a primavera (*printemps*):

- a. *Un voyage en été/hiver.*
- b. *Un voyage au printemps.*

(iii) *Indicador de medida:*

- (158) O comboio (tem + traz) um atraso de 5 minutos.
- (159) O muro tem a altura de 1,70 m.
- (160) O Carlos levantou um peso de 50 kgs.

Em qualquer um dos casos a preposição *de* indica uma determinada medida (linear, tempo, peso), compreendida dentro de um intervalo contado a partir da unidade. Recobre o valor do genitivo, podendo transformar-se no objecto do verbo (acusativo):

- (161) O comboio atrasou-se 5 minutos.
- (162) a. O muro tem 1,70 m. de altura.
b. O muro mede 1,70 m. de altura.
- (163) a. O Carlos levantou 50 kgs. de peso.
b. O saco que o Carlos levantou pesava 50 kgs.

Parece-nos que, de algum modo, o valor do *de* se aproxima muito do *de especificador* (especificador «lato sensu») (Vd. 2.2).

Se atentarmos em (163) a., verificamos que há elipse do nome a que respeita a dimensão:

- (164) O Carlos levantou um saco (com + de) 50 kgs.

A preposição *com* alterna com *de*, recobrindo o mesmo valor. *Com* é, no entanto, de uso mais comum e dá a ideia de concomitância (saco (que continha + contendo) 50 kgs.).

(iv) Um caso algo parecido aos acima notados é, por exemplo, o seguinte:

- (165) Mandaram à loja um menino *de* cinco anos de idade.

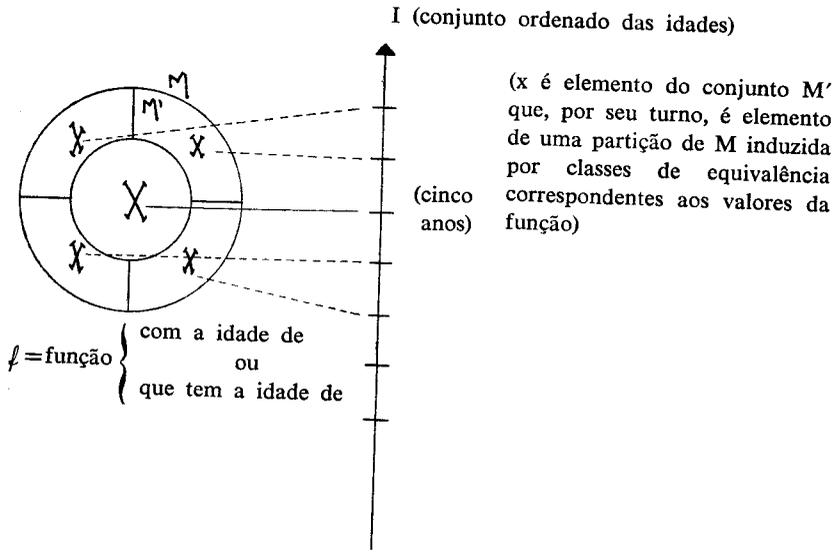
A preposição *de* comuta normalmente por *com*, mantendo, no geral, a verdade da proposição, mas acentuando a intenção do sujeito:

- (166) Mandaram à loja um menino *com* cinco anos.

ou pode dar-se a transformação do SPrep. em Frase:

- (167) (...) um menino que tinha cinco anos.

Também aqui o *de* nos parece funcionar mais como especificador do que como indicador de intervalo. Se visionarmos a expressão «menino de cinco anos» num diagrama, obtemos a seguinte interpretação:



Ter cinco anos é a qualidade que serve de diferenciação no conjunto dos meninos. Portanto o *de* (ou *ter cinco anos*) especifica um determinado conjunto de meninos, M' , a que X pertence (é a classe de equivalência de X em M , cujo valor pela função *com a idade de* (ou *ter cinco anos*) é *cinco anos* ($f(x) = 5$ anos).

2.5 Objecto

A preposição *de* emprega-se ainda frequentemente aposta a verbos transitivos indirectos (alguns transitivos directos e indirectos) e verbos reflexos. Como a estrutura sintáctica destes verbos exige obrigatoriamente o emprego da preposição, preferimos designá-los por «verbos prepositivos».

Com um verbo prepositivo, a preposição apenas desempenha uma função sintáctica (indicando o respectivo caso), sem contrapartida na estrutura semântica em que se torna num caso (semanticamente) neutro. O papel da preposição é o introdutor do objecto verbal, este, sim, semanticamente carregado e diversificado.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Em Latim, o verbo prepositivo rege directamente o genitivo ou constrói-se com ablativo e, em certos casos, com acusativo. Com a maior parte dos verbos há uma flutuação na construção, que não era de maneira nenhuma rígida, embora se possa apontar o caso mais frequente.

- (i) A preposição *de* indica o objecto da voz média (aspecto de diátese):

(168) O Pedro vingou-se do colega.

Com verbos de «sentimento» a preposição *de* indica o objecto psíquico (intencional) (verifica-se igualmente o aspecto de diátese: voz média, aparentemente reflexiva):

(169) O Padre compadecia-se dos mais pobres.

(170) O Pedro logo se arrependeu da má acção.

(171) O João enamorou-se de uma bonita rapariga.

(172) O usurário assenhoreia-se dos bens alheios.

O mesmo acontece com os verbos de «recordar»:

(173) Ele lembrava-se dos filhos que ficaram na pátria distante.

(174) Eu e o teu pai recordámo-nos ainda daqueles tempos.

Dependente de um verbo activo, a preposição *de* introduz o objecto de uma acção (genérica), parecendo, como em (175), ter um sentido ablativo:

(175) O comerciante indemnizou-o do prejuízo.

- (ii) Com verbos declarativos o *de* indica o «objecto de discurso»:

(176) O Manuel falava dos pais com ternura.

(177) O presidente do clube informou os sócios *da* demissão do treinador.

(178) Convenceu a Fernanda *da* necessidade de fazer a operação.

(179) O caçador vangloriava-se das suas façanhas.

(180) O Secretário trata dessa questão.

(181) Abandonou o emprego para cuidar dos pais.

Em Português, a chamada gramática tradicional classifica o complemento regido de *de*, na dependência de um verbo declarativo, como *compl. circunstancial de assunto* ou *matéria de discurso*. Este complemento tende para a titulação. O *de* indica, por isso, uma relação de representação que é assimilável a *objecto de discurso* ou até a discurso directo reduzido a título sumariante (dá-se a nominalização de todo um discurso) (Vd. 2.2 (xiii)).

Com os verbos *tratar de* (180) e *cuidar de* (181) não se trata tanto de objecto de discurso, mas antes de um objecto intencional (a que é subjacente um certo psiquismo).

(iii) *Sentido partitivo*:

- (182) Cada um dá do que é seu.
- (183) Muitas vezes dei-lhe do meu pão.
- (184) Por favor, corte-me dois metros desta fazenda.
- (185) Finalmente o Presidente da República disse *da* sua justiça.

Em (182), (183) e (184) o sentido partitivo refere-se a um objecto concreto (divisão de massivos), enquanto que em (185) há um objecto abstracto.

(iv) Depois do verbo cópula (geralmente *ser*) + adjectivo predicativo, a preposição *de* indica uma particularidade (ou qualidade) inerente ao sujeito, também com sentido partitivo, e que funciona como objecto de estado psíquico (186) e objecto de disposição (187):

- (186) Nunca se viu um rapaz tão ávido de riquezas.
- (187) O Pedro é incapaz de fazer mal a uma mosca.
- (188) Este governo é (indigno + desmerecedor) da nossa confiança.
- (189) A Maria é (digna + merecedora) de compaixão.

Com as expressões *ser próprio de*, *ser dever de*, a preposição indica o sujeito lógico a que é inerente ou que desenvolve uma determinada acção:

- (190) É próprio dos homens gerar conflitos.
- (191) É dever dos filhos respeitar os pais.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Por um processo de transformação da estrutura frásica, este sujeito lógico ocupa o lugar do sujeito gramatical (a frase torna-se assertiva):

(192) Os homens geram conflitos.

(193) Os filhos (respeitam + devem respeitar) os pais.

(v) Regendo um objecto concreto, na dependência de um verbo de movimento, a preposição *de* indica (evocando uma imagem de) deslocação a partir do lugar inicial:

(194) O José sacou da pistola e virou-se para ali aos tiros.

(195) Quando os valentes puxavam da espada os bandidos metiam o rabo entre as pernas.

(vi) Numa posição internominal, especialmente se o antecedente é um nome deverbal, a preposição indica também o objecto desse nome:

(196) Foi condenado pelo crime de *abuso de confiança*.

(197) O proprietário fez o corte de árvores na quinta.

(198) Atormentava-o o pensamento da morte.

A função da preposição é a de especificar o objecto intencional (psíquico em (196) e (198)). Convém, no entanto, anotar o carácter precário desta classificação do sintagma com *de* como exprimindo o objecto. Em (198) o «pensamento da morte» funciona como sujeito sintáctico da frase e o «sujeito psíquico» de tal «pensamento» figura como objecto (*como se fosse atormentado por esse pensamento*). Isto mostra como é difícil dizer-se se a pessoa que *pensa* (*se recorda, se interessa, se apaixonava*, etc.) é sujeito ou objecto (ou lugar onde) do fenómeno psíquico ⁷³.

⁷³ Para além dos verbos (e objectos preposicionais) aqui anotados e analisados, em Português há inúmeros verbos prepositivos com *de*, que, pelo espaço que isso implicaria, nos escusamos de exemplificar. O que se regista neste estudo cremos ser o mínimo necessário para ver a função da preposição *de*.

3. O genitivo em Português

Existem em Português muitas construções frásicas como estas:

- (1) A biblioteca *do* Pedro é grande e diversificada.
- (2) O filho *do* Pedro é bom rapaz.
- (3) O livro *de* Cardoso Pires obteve um grande sucesso.
- (4) A carta *do* Presidente alarmou a Assembleia.
- (5) A Rosa tinha no quarto a fotografia *de* um homem.
- (6) O medo *dos* terroristas era assunto geral das conversas.
- (7) Quem ordenou a destruição *do* inimigo?
- (8) O riso *das* crianças é puro e inocente.
- (9) O movimento *das* pernas é necessário e saudável.
- (10) A recusa *do* emprego não se justificava.
- (11) O professor era um homem *de* inteligência superior.
- (12) A filha do lavrador era uma mulher *de* rara beleza.
- (13) O primeiro *dos* atletas foi Carlos Lopes.
- (14) A maior parte *dos* homens recusa a guerra.
- (15) Perderam-se cinco milhares *de* hectolitros de vinho generoso.

Nestas construções a preposição *de* encontra-se numa posição adnominal e rege um nome em genitivo: *genitivo possessivo*⁷⁴ em (1) e (por analogia) em (2) e, possivelmente, em (3) e (4) (aqui o *de* indica o agente/autor) e ainda em (5); *genitivo objectivo* em (6), (7), (9) e (10); *genitivo subjectivo* em (?)(6) e (8); *genitivo de qualidade* em (11) e (12); e *genitivo partitivo* em (13), (14) e (15).

A classificação do genitivo deriva do sentido ou conteúdo particular legado a cada um dos seus empregos. Qualquer dos genitivos estabelece um valor gramatical ou uma relação de «dependência» ou de «determinação» de um nome a outro nome, que é inerente à função primordial sintáctica do próprio genitivo⁷⁵.

Mas vejamos, em separado, cada um destes genitivos.

⁷⁴ Cf. SEILER, Hansjakob — *Possession (as an Operational Dimension of Language)*, Tübingen, 1983.

⁷⁵ Cf. BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», in *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, 1966.

3.1 Genitivo possessivo

- (i) O genitivo possessivo tornou-se, desde a boa latinidade (tanto na manifestação literária ou oficial como nos registos orais do Latim), o emprego típico do caso, exprimindo a posse no sentido mais amplo do termo. Os exemplos (1) a (4) registam este genitivo.

Em (1) e (2) encontramos o genitivo propriamente dito, parafraseável por uma construção com o verbo *ter*:

- (16) O Pedro tem uma biblioteca grande e diversificada (=posse alienável).
 (17) O Pedro tem um filho que é bom rapaz (=posse inalienável).

O genitivo (nome [+ HUM.]), que indica o possuidor em relação à «coisa» possuída, torna-se o sujeito da construção com verbo e o «possuído» passa a objecto directo do verbo transitivo. A relação sintáctica estabelecida pelo genitivo (relação de posse) mais não é, em termos da gramática generativa, que a reescritura de superfície de uma estrutura profunda e subjacente de SN + SV:

$$N_1 + V + N_2 \rightarrow N_2 + de (=G.) + N_1$$

A estrutura subjacente de (17) parece conferir à proposição um valor indeterminado (ambíguo), devido aos traços sémicos inerentes do nome na função de complemento directo [+HUM.], antecedido do artigo indefinido. Se, efectivamente, o determinado de N_2 é um artigo indefinido, então a verdade da proposição mantém-se: *O Pedro tem um filho* (pelo menos *um* filho do sexo masculino). E é este o sentido de (2): «*o filho do Pedro*». Se, porém, o determinante é um numeral, então a frase é ambígua e a transformação tanto pode indicar um genitivo possessivo, como admitir também um genitivo partitivo ⁷⁶:

- (18) a. O Pedro tem um filho que é bom rapaz; os outros (filhos do Pedro) não.

⁷⁶ A ideia de posse, no sentido próprio do termo, em sintagmas nominais como *filho de Pedro*, *pai de António*, *irmão de João*, está bastante afastada. A preposição *de* estabelece, primariamente, uma relação de parentesco. Não

- b. O filho do Pedro (=o único filho) é bom rapaz.
- c. Um filho do Pedro (=um dos filhos) é bom rapaz.

(ii) O genitivo possessivo encontra-se ainda na dependência do verbo cópula *ser* (e outros verbos copulativos), exercendo, neste caso, uma função predicativa:

(19) A casa é do meu pai.

Este genitivo é largamente atestado no Latim clássico, em alternância com o dativo:

a'. *domus patris mei est*, ou

b'. *est patri meo domus*.

A alternância da construção sintáctica tem a ver com o «focus»: na construção com dativo o conteúdo da preposição incide sobre o possuidor, ou melhor, a afirmação é enunciada partindo do ponto de vista do possuidor (que funciona como sujeito gramatical):

(20) O meu pai tem uma casa.

O genitivo faz incidir a afirmação sobre o objecto possuído⁷⁷ (que ocupa então a posição de sujeito gramatical):

(21) A casa é do meu pai (=pertence ao meu pai).

é sem razão que Jerónimo Soares Barbosa, na *Gramática Filosófica*, classifica este complemento como «terminativo» (e não «restritivo»), porque pedido por um substantivo de «significação relativa». A relação de parentesco é recíproca: se António é filho de Pedro, Pedro é pai de António.

Contudo, a ideia de posse, ou mais especificamente de «pertença», prevalece se os nomes antecedente e conseqüente do sintagma nominal forem antecidos de artigo definido, como acontece em (2): *O filho que pertence ao Pedro* (que é do Pedro).

Dentro do Direito Romano, é mais fácil compreender *filho de x* do que *pai de x*, no quadro da transformação que aqui propomos, pois o filho (como o escravo) pertencia ao pai, que dispunha até do direito de vida ou de morte. A relação sintáctico-semântica deve ser mais complexa.

⁷⁷ Note-se que a posse nas línguas indo-europeias era normalmente expressa em dativo, como em *est mihi aliquid*. A construção com *habeo* é mais recente e aparece com pouca frequência no período clássico; *est mihi aliquid* e *habeo aliquid* coexistem em alguns autores, normalmente em Cícero, que

(iii) É desta noção de genitivo predicativo que deriva o emprego atributivo, pedido por um genitivo exprimindo uma ideia aproximada de «posse» ou dela derivada:

(22) Errar é próprio dos homens.

(23) É dever dos homens instaurar a justiça.

Como anotámos anteriormente (2.5 (iv)), o genitivo (regido em Português pela preposição *de*, que faz parte das expressões «ser próprio de», «ser dever de») indica o sujeito lógico a que é inerente ou que desenvolve uma determinada acção (podendo também desempenhar a função de sujeito gramatical):

(22) a. Os homens erram.

(23) a. Os homens devem instaurar a justiça.

Tal como em (19), o traço principal do genitivo existente em (22) e (23) é a sua construção predicativa. O genitivo predicativo de *ser* denota a «pertença», a «posse» (em (19)); se o nome que exerce a função de sujeito (=objecto possuído) for substituído por um infinito ou expressão equivalente, obtêm-se as construções anotadas em (22) e (23):

(24) Pertence ao homem (errar); é um facto humano (errar).

Como afirma Benveniste, o genitivo predicativo construído com *ser* não é senão um derivado sintáctico do genitivo possessivo ⁷⁸.

denota preferência em favor de *habeo*, sobretudo para os bens materiais. Devemos ainda fazer notar que a pertença, caso genitivo, se distingue da posse, que se constrói em dativo. Não existe o mesmo conteúdo nos sintagmas nominais:

a. O clube do meu pai.

b. A casa do meu pai.

Em a. deduz-se que «o meu pai pertence a (é sócio de) o clube» (implicando a interpretação de *clube* como simples conjunto de sócios (entre eles o meu pai)), e em b. «o meu pai tem/possui uma casa» (a casa está à disposição do meu pai, pode fazer dela o que quiser). Cf. BENVENISTE, E. — *Ibidem*, p. 145.

⁷⁸ BENVENISTE, E. — *Ibidem*, diz concretamente o seguinte: «Or ce génitif prédicatif construit avec *esse* n'est lui même qu'un dérivé syntaxique du génitif dit «possessif»: c'est l'emploi normal du génitif *aedes regis* qui rend possible la construction *haec aedes regis est*. La relation posée entre *aedes* et *regis* subsiste pareille quand du syntagme déterminatif *aedes regis* on passe

(iv) Existe na língua uma variedade do genitivo possessivo, quando a posse se refere a uma propriedade ou qualidade, dada por um nome abstracto:

- (25) Todos admiram a coragem da mulher.
- (26) A fúria do Carlos ia destruindo todos os móveis.
- (27) O lavrador enaltecia as qualidades do animal.

Em qualquer dos casos o genitivo é parafra-seável por uma construção com o verbo *ter*:

- (28) A mulher tem coragem.
- (29) O animal tem qualidades.

O genitivo indica a propriedade ou qualidade mais ou menos inerente, estável ((25) e (27)), ou transiente, instável (26). A posse, enquanto tal, não está presente na semântica deste genitivo, mas apenas figurada. Enquanto que em «a biblioteca do Pedro» a construção se pode analisar em relação com a estrutura alternativa: «Pedro tem uma biblioteca», isto é, existe um *B* tal que (=quantificador)

A possui B	}	funções
A é Pedro		
B é uma biblioteca		

em «a mulher tem coragem» a função [A possui B] não está presente. A semântica do termo determinado condiciona a função semântica do genitivo. Poder-se-ia admitir que o determinado pode funcionar como atributo do determinante pela transformação do sintagma nominal:

- (28) a. A coragem da mulher.
- b. A mulher (que) tem coragem.
- c. A mulher corajosa.

à l'annoncé assertif *haec aedes regis est*, et de lá à *pauperis est numerare pecus*, variante de cet énoncé». Note-se, porém, que em (22) e (23) há uma relação genérica ou gnómica que não existe em (21). Com efeito, (21) é uma asserção factual, ao passo que (22) e (23) são sentenciosamente gerais.

Só que o «focus» é desviado do determinado (coragem) para o determinante (mulher), o que de alguma maneira altera o significado do sintagma.

O sintagma nominal em (27) não admite tal transformação, o que leva a supor que ela é restrita e apenas possível para os nomes abstractos dos quais se pode fazer derivar um adjectivo.

(v) Os exemplos dados em (3) e (4), se bem que possam incluir-se no genitivo possessivo, aceitando a paráfrase com *ter*:

(30) Cardoso Pires tem um livro que (...)

(31) ? O Presidente tem uma carta que (...)

remetem antes para um genitivo «agentivo» e a paráfrase implica o verbo *fazer* ou outro verbo factitivo:

(32) Cardoso Pires (fez + escreveu) um livro que tem um grande sucesso.

(33) O Presidente escreveu uma carta que alarmou a Assembleia.

A preposição *de* funciona mais como especificador, estabelecendo uma relação de nomeação (ou de individualização)⁷⁹.

(vi) Um caso à parte é o que se verifica em (5), que incluímos, inicialmente, no genitivo possessivo. Trata-se, com efeito, de um caso especial de genitivo, análogo do possessivo, sem nenhum traço gramatical que o distinga do genitivo normal (adnominal). A única diferença está na interpretação semântica posta a descoberto pela paráfrase:

(34) (...) a fotografia representa um homem.

Tal como acontece em (3) e (4), a preposição *de*, embora com a marca de genitivo, estabelece, prioritariamente, uma relação de representação; mas, se tivermos que classificar este tipo de genitivo

⁷⁹ Vd. ponto 2.2 (xvi).

adnominal, diremos que é um genitivo de «objecto» (o elemento *homem* é o «objecto» representado e passa a depender directamente do verbo). O genitivo de objecto é raro e funciona, normalmente, na dependência de um nome icónico (entende-se genitivo de «objecto» como variedade semântica e não genitivo «objectivo») ⁸⁰.

No entanto, um sintagma nominal como:

(35) A fotografia do António (é muito bonita)

pode ter três interpretações diferentes:

- (36) a. O António tem uma fotografia (...).
 b. A fotografia é do António.
 (37) O António fez uma fotografia (muito bonita).
 (38) A fotografia representa o António.

As paráfrases de (36) denotam o genitivo possessivo, sendo mesmo possível o emprego do genitivo predicativo ((36)b.); (37) remete para o genitivo do tipo «agente/autor»; e (38) indica o genitivo «objecto». Esta ambiguidade semântica deve-se, no nosso entender, à semântica do nome regente (ou antecedente).

3.1.1 Características do genitivo possessivo

Pela análise que fizemos do genitivo possessivo, quer adnominal, quer predicativo, e dos genitivos «agente/autor» e «objecto», constata-se que todos são regidos pela preposição *de* e podem ser relativizados. Não é difícil concluir que o genitivo possessivo se distingue claramente dos outros dois, essencialmente pela interpretação semântica que dele emana.

Uma questão se levanta: a diferença semântica dos diferentes genitivos não afecta também o estatuto da preposição?

Sabemos que o emprego da preposição *de* recobre funções muito variadas nas línguas românicas, particularmente em Português, como vimos no ponto anterior. Além disso, a preposição *de* foge,

⁸⁰ Cf. MILNER, J. C. — «Les génitifs adnominaux en Français», in *De la Syntaxe à l'interprétation*, pp. 69-94.

como nenhuma outra, ao estatuto geral das preposições, inserindo-se, quer em locuções prepositivas (ex.: *a partir de*), quer na estrutura de locuções adverbiais (ex.: *além de*, *dentro de*, etc.). Os valores da preposição *de*, atrás estudados, são muito diferentes do *de* na regência de um genitivo possessivo.

E. Benveniste observa que, no conjunto das preposições (em Francês), *de* e *a* se distinguem por dois traços fundamentais:

- 1.º *de* e *a* não podem ser parafraseáveis por uma locução prepositiva, ao contrário de uma preposição normal (ex.: em casa = no interior de) ^{80-A}.
- 2.º *de* e *a* aparecem como elementos de ligação («joncteur») final em toda a locução preposicional. Esta situação leva a definir *de* e *a* não como preposições autênticas, mas como «marcas flexionais» ⁸¹.

Nas línguas românicas, especificamente em Português, existem ainda restos de casos, visíveis sobretudo no sistema pronominal, onde a flexão se mantém mais fiel ao tipo latino, ao contrário dos nomes, que conservam apenas a forma proveniente do caso «acusativo».

Nos pronomes o caso é marcado por uma variação morfológica, por exemplo, a oposição eu/me/sim; ele/se/si/lhe, enquanto que, para os nomes, o caso é marcado por um morfema disjuncto: *de* ou *a* (ou outro morfema). A flexão casual é morfológica (e monomorfemática) no sistema pronominal, tal como numa língua dita casual, contrariamente ao que acontece no sistema nominal. Se, por consequência, *de* e *a* se combinam com pronomes (*de* + pronome e *a* + pronome), não podem ser marcas flexionais, uma vez que, precisamente no sistema pronominal, a flexão casual não é suportada por morfemas

^{80-A} Não se passa exactamente o mesmo em Português, pois tanto *a* como *de* podem ser parafraseáveis, em determinados contextos, por uma locução prepositiva:

- a. Aos cem graus centígrados a água ferve = *a partir dos* cem graus centígrados a água ferve.
- b. O João estava transido de medo = o João estava transido *por causa do* medo.

⁸¹ Sobre esta teoria de BENVENISTE, cf. MILNER, J. C. — *Ibidem*, pp. 60-80.

disjuntos (as formas átonas do pronome em Português — *me/te/se/lhe* — nunca são regidas de preposição)⁸².

Em Português o possuidor (principalmente quando este tem o traço [+HUM.]) pode ser comutado pelo pronome possessivo (e este, normalmente, não é regido de preposição)⁸³:

(39) A biblioteca do Pedro → a sua biblioteca.

(40) O filho do Pedro → o seu filho.

A forma tónica do pronome pessoal de 3.^a pessoa admite a regência preposicional:

(41) (A biblioteca + o filho) do Pedro → *dele*.

No exemplo assinalado em (5) não é possível a comutação do nome em genitivo («fotografia de um homem») pelo possessivo, sem que se altere o conteúdo da preposição:

(42) A Rosa tinha no quarto a sua fotografia.

Neste caso, o possessivo *sua* remete para o sujeito da frase ou, quando muito, pode ainda funcionar como dêctico de um N' referenciado no contexto. Logo o genitivo assinalado em (5) (Vd. 3.1 (vi)) não pode ser interpretado como possessivo.

⁸² Em Francês tal consequência é facilmente verificada para *a*, como mostra MILNER. Pelo contrário, em Português raramente a preposição *a* é admitida antes de um pronome, a não ser ao nível da oralidade e concretamente na linguagem popular. Não é aceitável a construção *falo a ele* (**je parle à lui*, mas *je pense à lui*), mas *falo-lhe*; *dou a ele* (um livro), mas *dou-lhe*, etc.. Alguns verbos aceitam, contudo, a construção com *a*: *queixo-me a ele* e não *queixo-me-lhe*. Porém, este mesmo verbo empregado na 3.^a pessoa aceita mais naturalmente a forma «-lhe»: *queixa-se-lhe* em vez de *queixa-se a ele*, o que leva a supor que a regência preposicional das 1.^a e 2.^a pessoas tem mais a ver com a incompatibilidade dos pronomes do que com a especificidade sintáctica do verbo. Mas temos de notar que *queixar-se* é um verbo essencialmente reflexo e a forma pronominal faz parte integrante do verbo (é um afixo).

⁸³ Pondo de parte os verbos prepositivos de *de*, o possessivo (em posição absoluta) apenas aceita regência preposicional com o verbo *ter* nesta construção:

a. O João tem alguma coisa de seu.

b. Tenho alguma coisa de meu.

O possessivo é enfático (ou redundante), funcionando como reforço do sujeito possuidor (o que o João tem é seu por direito próprio).

Assim, somos levados a concluir que, com excepção de (5), *de* é a realização segmental de um caso que se chamará *GENITIVO*⁸⁴. Este caso é reservado a um N' que depende directamente, sem preposição, de um outro N'. Na estrutura *a biblioteca do Pedro* teremos [N' a biblioteca [N' de Pedro]]. O caso genitivo é consignado a *Pedro* e realiza-se como *de*, sendo possível formular as seguintes regras morfológicas:

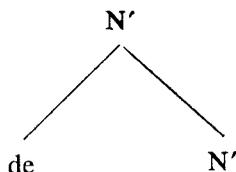
1. $N' \rightarrow [+genitivo] / [N' X \rightarrow Y]$.

(Indica o caso *genitivo* com um N' dependendo de outro N').

2. $N' \rightarrow [N' \text{ de } N']$

[+genitivo]

produzindo a estrutura:



A partir daqui é então possível estabelecer a seguinte proposição quanto ao estatuto do *de*:

«No genitivo possessivo *de* é uma marca casual que afecta um N'; no(s) genitivo(s) não possessivo(s) *de* é uma preposição que introduz um grupo preposicional».

O *de* é também uma marca casual quando engendra o chamado «genitivo de transposição», ou seja, o «genitivo subjectivo» e o «genitivo objectivo». Como mais adiante veremos (3.4), este(s) geni-

⁸⁴ Há que distinguir dois empregos do termo «genitivo»: um, puramente descritivo, diz respeito a todo o sintagma nominal marcado por *de*; o outro, sistemático, designa exclusivamente um caso flexional. O termo «genitivo» será reservado ao segundo. Cf. MILNER, J. C. — *Ibidem*, p. 83.

tivo(s) realizado(s) com *de* (a única preposição que realiza o caso genitivo) resulta(m) «par transposition de deux cas opposés: l'accusatif régime d'un verbe transitif, et le nominatif sujet d'un verbe intransitif»⁸⁵.

3.2 Genitivo de qualidade

- (i) Ao lado do genitivo possessivo, estruturalmente em tudo igual a este, encontramos o *genitivo de qualidade*, indicando «lato sensu» a «coisa possuída». O nome em genitivo [[-ANIM.+ABST.] ou [+CONCR.]], expressa uma qualidade característica ou permanente num ser ou num objecto. Ao contrário do possessivo, com o nome do possuidor, [+HUM.] ou [+ANIM.], em genitivo, o genitivo de qualidade depende de um nome (antecedente) [[+ANIM.] + [CONCR.]] (raramente [+ABST.]) que é o «possuidor»⁸⁶. Os exemplos (11) e (12) ilustram perfeitamente este genitivo.

Muitas outras realizações são possíveis:

- (43) É um homem de grande eloquência.
- (44) Havia no jardim uma árvore de enorme altura.
- (45) Preocupa-se com coisas de pouca importância.
- (46) Bateu à porta um homem de tipo cigano.
- (47) É homem do meu sangue e *da* minha condição.
- (48) Tinha um vinho de boa qualidade.

Uma coisa a reter é que o genitivo de qualidade é geralmente acompanhado de um adjectivo qualificativo, muitas vezes funcionando

⁸⁵ BENVENISTE, Emile — *Ibidem*, p. 147.

⁸⁶ Numa análise mais detalhada, podemos aproximar o genitivo de qualidade do genitivo possessivo, introduzindo uma paráfrase com o verbo *ter*:

- a. O professor era um homem que tinha uma inteligência superior (=o homem tinha uma inteligência superior).
- b. A filha do lavrador era uma mulher que tinha uma rara beleza (=a mulher tinha uma rara beleza).
- c. A árvore tinha uma enorme altura.

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

como um *quantificador* «lato sensu», como vulgarmente acontecia em Latim (em que o adjetivo era obrigatório):

- a) *homo magnae eloquentiae*;
- b) *turris ingentis altitudinis*;
- c) *res nullius momenti*.

A preposição *de* tem também aqui um valor mais amplo do que a própria marca casual. Ela determina a espécie, ou subconjunto (vd. 2.2 (x)), funcionando como um especificador (do termo à sua esquerda) e recobre tanto o valor do genitivo como o do ablativo⁸⁷. Se o termo determinado (consequente) indica uma particularidade (ou qualidade) distintiva ou característica de um indivíduo, como:

(49) Um homem de grande coragem.

o genitivo de qualidade (também chamado «genitivo descritivo») concorre com o *ablativo de qualidade* (ou «ablativo descritivo»), como acontecia no latim clássico, muitas vezes na mesma estrutura frásica:

d) *uir magni ingenii summaque prudentia*.

(ii) Do mesmo modo que o genitivo possessivo se emprega numa função predicativa (3.1 (ii)), o genitivo de qualidade tem também função predicativa, sem em nada alterar a significação do enunciado:

(50) O homem é de rija têmpera.

(51) Nós, os portugueses, somos não só da raça lusitana, mas também da (?) grega e latina.

⁸⁷ O *de* é uma preposição pura introduzindo um grupo preposicional. E a flutuação entre os valores do genitivo e do ablativo comprova-se pela comutação com a preposição *com*:

- a. (...) um homem com grande eloquência.
- b. (...) uma árvore com enorme altura.
- c. (...) coisas com pouca importância.
- d. (...) ? homem do meu sangue e com a minha condição.

mas

- e. (...) *homem com raça cigana.

não é aceitável, pois o emprego da preposição *de* é condicionado pelo semantismo do nome consequente.

Sobretudo em estruturas como (50) é indistinto, nos registos oral e literário, o emprego do genitivo adnominal ou a construção predicativa. Trata-se tão só de variantes sintácticas ou estilísticas:

- (52) Ele é um homem de rija têmpera = o homem é de rija têmpera.

Nas duas construções há somente a considerar o determinante (artigo definido ou indefinido), remetendo, no primeiro caso, para uma certa ideia partitiva:

- (53) Ele é um dos homens de rija têmpera.

Mas a ideia partitiva aparece mais nítida em (51), sobretudo no segundo membro da estrutura frásica:

- (54) Nós, os portugueses, fazemos também parte das raças grega e latina (=somos uma parte das raças grega e latina).

A construção predicativa em (51) desfaz-se pela introdução de um nome que passa a ser determinante do sintagma nominal (em genitivo) e funciona como predicativo:

- (55) (...) somos homens das raças grega e latina.

Em determinadas circunstâncias, que dependem sobretudo da natureza morfológica (e semantismo) do nome em genitivo, este pode transformar-se num adjectivo (o *de* transforma, neste caso, um SN em SAdj.)⁸⁸:

- (56) É um homem de grande eloquência (muito eloquente).

⁸⁸ A teoria da translação de L. TESNIÈRE tem algo a ver com a transformação. O termo determinado («subordinado» em L. TESNIÈRE) desempenha o papel de epíteto. Por meio do «translativo» (prep. *de*) o substantivo passa a desempenhar a função que sintacticamente pertence ao adjectivo, isto é, passa de uma categoria a outra categoria morfossintáctica (a translação é apenas um fenómeno sintáctico). Só que, nos exemplos referenciados, a mudança afecta, no todo, a categoria morfológica do termo subordinado. Cf. TESNIÈRE, Lucien — *Éléments de Syntaxe Structurale*, pp. 361-382.

- (57) Bateu à porta um homem de raça cigana (=um homem cigano (ou só: cigano)).
(58) Um homem de grande coragem (=muito corajoso).

3.3 Genitivo partitivo

- (i) O genitivo partitivo indica «o todo donde se tira uma parte» (a parte é expressa pelo nome regente de que depende o genitivo). Nos exemplos (13), (14) e (15) os sintagmas nominais «o primeiro dos atletas», «a maior parte dos homens» e «cinco milhares de hectolitros (de vinho)», são genitivos partitivos. Este genitivo funciona na dependência de um nome, um adjetivo, um pronome, um advérbio ou um verbo.

Em (14) implica uma ideia de divisão, de partilha, implicada pelo próprio substantivo *parte* (=os homens dividem-se quanto à recusa da guerra), e em (15) de medida ou de quantidade. A quantidade, não delimitada, «medida», está também presente em (14)⁸⁹.

Convém, porém, notar que o ordinal de (13) e o numeral colectivo «milhares» de (15) exigem o partitivo. A esta espécie de construções associam-se frequentemente outras, como as superlativas relativas ou com os substantivos (superlativos relativos) «maioria», «minoria», etc.:

- (59) O Pedro é o empregado mais trabalhador da fábrica.
(60) O Carlos é o empregado menos trabalhador da fábrica.
(61) A maioria dos homens gosta de paz e sossego.
(62) Apenas uma minoria das mulheres não gosta de homens dominadores.

⁸⁹ Em construções como a anotada em (14) (=a maior parte dos homens/das mulheres/dos animais), o Latim empregava o genitivo ou colocava o determinado no caso do antecedente (construção apositiva): *plerique hominum, pleraeque mulierum, pleraque animalium* ocorrem ao lado de: *plerique homines, pleraeque mulieres, pleraque animalia*.

É frequente em Português o emprego do genitivo partitivo indicando, em relação ao termo regente, a unidade de divisão de massivos (uma espécie de «partitivo de massivos») ⁹⁰.

- (63) Pediu à mãe um pedaço de pão.
- (64) Tomava todas as manhãs uma colher de licor.
- (65) Foi à loja comprar cem gramas de manteiga.
- (66) Um alqueire de centeio não chega para nada.
- (67) Beber apenas um copo de vinho é o aconselhável ⁹¹.

(ii) Dependente de um advérbio de quantidade:

- (68) a. Perdeu-se mais *de* metade do vinho.
b. O Pastor perdeu mais de cinquenta carneiros.
- (69) Com menos *de* quinze quilos de farinha não vale a pena cozer pão.

A preposição *de* perde quase por completo, neste caso, a marca flexional (ou casual) e, na dependência directa do advérbio, funciona como um quantificador de mensuráveis ou massivos, em sentido partitivo.

Sensivelmente com o mesmo valor encontramos outros empregos do genitivo partitivo, pedido por um advérbio ou um pronome indefinido (neutro), em que o termo determinado é um nome abstracto ou um adjectivo substantivado ⁹²:

⁹⁰ O Francês emprega frequentemente o genitivo partitivo sempre que há uma referência a massivos e/ou contáveis, o que não acontece em Português:

- a. 1. Fr. : Je veux du pain/de l'eau.
2. Port.: Quero pão/água.
- b. 1. Fr. : Aujourd'hui il y a peu de spectateurs.
2. Port.: Hoje há poucos espectadores.

⁹¹ O termo antecedente (=copo) é aqui tomado como medida (=uma determinada quantidade de água). O sintagma nominal *copo de água* está condicionado pelo semantismo do verbo. No entanto, a preposição *de* tanto pode remeter para o genitivo partitivo (divisão de massivos = uma parte da água), como indicar a medida (=uma determinada quantidade de água) (vd. ponto 2.2 (xi)).

⁹² Compare-se com o Latim: *nihil noui, nihil praemii* (=nullum praemium). Tal partitivo em Português é ainda um latinismo (por via erudita), tendo desaparecido praticamente na linguagem comum: *nenhuma novidade* (em vez de *nada de novo*), *nenhum prémio* (em vez de *nada de prémios*).

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

- (70) Só pedimos um pouco de paz.
- (71) Nada de novo aconteceu por aqui.
- (72) Há algo de estranho nessa história.
- (73) O Rui Pedro tem muito do avô.

ou então em formas estereotipadas de dizer (ou latinismos), por analogia com as construções anteriores:

- (74) Nada de prémios para quem não for mesmo bom!
- (75) Nada de palavras doces para esse malandro!

Note-se ainda que o nome em genitivo é um massivo (ou entendido como tal) ou terá de estar no plural, como em (74) e (75).

(iii) Emprega-se ainda o genitivo partitivo servindo de complemento ao superlativo relativo, designando «o que é tirado de um grupo (conjunto), ou de uma série». Anotemos alguns exemplos:

- (76) O P. Américo foi o maior e o melhor dos cidadãos.
- (77) O cancro é a pior das doenças.
- (78) O João Carlos foi sempre o mais dedicado dos meus amigos.

A noção de sentido partitivo é imediata:

- (76) a. (Entre os cidadãos + no conjunto dos cidadãos), o P. Américo foi o maior e o melhor.
- (77) a. (Entre (todas) as doenças + no conjunto das doenças), o cancro é a pior.
- (78) a. (Entre (todos) os meus amigos + no conjunto (no grupo) dos meus amigos), o João Carlos foi sempre o mais dedicado.

Frequente é o genitivo partitivo dependente de um ordinal, como em (13), indicando «aquele que se tira de uma série» (normalmente o primeiro), com sentido superlativo:

- (79) Joaquim Agostinho chegou a ser o primeiro dos ciclistas portugueses na Volta a França e o terceiro da classificação geral.
- (80) Fernando Mamede foi o primeiro da classificação geral.

Uma espécie de «partitivo» ocorre, por analogia, quando a preposição *de* liga dois nomes iguais para designar a «excelência» (também sentido superlativo):

- (81) O Livro de Salomão é chamado «O Cântico dos Cânticos».
- (82) Só o Senhor é na verdade o «Rei dos reis».

O Genitivo partitivo, expresso pelos pronomes pessoais *nós* e *vós*, serve ainda de complemento aos pronomes interrogativos e/ou indefinidos ⁹³:

- (83) Quem de vós está disposto a trabalhar?
- (84) Alguns de nós abandonaram a sala.

(iv) Pode ainda ocorrer uma variante do genitivo partitivo com alguns verbos de «encher», «recordar», ou com adjetivos de «abundância» (ou os seus contrários); ainda com nomes derivados de verbos de «abundância» e de «privação»:

- (85) Encheu a garrafa de bagaço.
- (86) Recordava-se, com saudade, da primeira namorada.
- (87) Este ano foi uma enchente de fruta.
- (88) Tinha a casa cheia de bugigangas.
- (89) Há escassez de batata no mercado.
- (90) Muitas vezes o Reinaldo deu-me da sua merenda.

Em (85) o sentido partitivo deduz-se na medida em que se toma apenas uma parte do líquido, o necessário para encher a garrafa. O genitivo depende indirectamente do verbo. Já em (86) funciona como complemento de objecto do verbo (o «recordar» não é senão uma representação parcial (2.5 (i)); em (90) funciona como objecto directo do verbo *dar* (dar da merenda = dar a merenda). Com verbos do tipo *dar* o genitivo partitivo tem um sentido próprio.

⁹³ O Latim servia-se de duas formas distintas dos pronomes pessoais de 1.^a e 2.^a pessoas para diferenciar o genitivo partitivo do genitivo objectivo: a desinência *-um* (*nostrum/uestrum*) para o partitivo, *-i* (*nostrum/uestrum*) para o objectivo. Assim *nemo nostrum* (=partitivo) e *memento nostri* (=objectivo).

O GENITIVO EM PORTUGUÊS

Ainda em (85), (87) e (88) a preposição *de* pode comutar por *com* e, sem perda do sentido partitivo, a estrutura frásica remete para uma espécie de complemento de matéria (2.2 (xii)).

- (85) a. Encheu a garrafa com bagaço.
- (87) a. ? Este ano foi uma enchente com (a) fruta.
- (88) a. Tinha a casa cheia com bugigangas.

Os genitivos de (87), (88) e (89) merecem também e ainda uma análise especial. O sentido partitivo é parcial, especialmente em (89) (entende-se, embora possa ser discutível, que a escassez não é total); em (87) deduz-se que a enchente foi geral (ou total), mas não é possível indicar o máximo (a enchente pode ser sempre maior)⁹⁴. Já em (88) o partitivo aproxima-se do sentido próprio, uma vez que a casa, embora cheia (sentido metafórico), não tem senão uma determinada quantidade de bugigangas.

O sentido partitivo ocorre também quando o consequente (genitivo) é um nome abstracto:

- (91) Na reunião ouvimos uma enchente de mentiras.
- (92) A escassez de honra e de honestidade é, infelizmente, uma realidade.
- (93) Regressou com o coração cheio de alegria.

Os antecedentes como «enchente», «escassez», «cheio», etc. requerem um complemento de matéria e a relação estabelecida pela preposição pode também ser interpretada como o «ponto de vista» (2.2 (ix)).

- (v) O genitivo partitivo tem de ser tomado «lato sensu», já que ele recobre um número amplo e diversificado de empregos. Muitas construções em genitivo explicam-se por analogia com outros casos, outras repousam em diferenças de natureza semântica.

⁹⁴ Os genitivos de (87) e (89), principalmente este último, podem ser interpretados como genitivos subjectivos, uma vez que dependem de nomes deverbais:

- a. Este ano a fruta encheu os pomares.
- b. A batata escasseia no mercado.

Mas também no plano estrutural o genitivo recobre um número maior de construções, pois, como acima assinalámos, pode funcionar na dependência de um nome, de um pronome, de um adjectivo, de um advérbio, ou ainda servir de complemento de objecto a um verbo (que contenha, em princípio, o traço [+partitivo]), como a análise que aqui deixámos o comprova.

3.4 Genitivo objectivo e genitivo subjectivo

- (i) Reservamos para último lugar o genitivo dependente de substantivos ou adjectivos derivados de verbos ou equivalentes. Trata-se, como mostra E. Benveniste⁹⁵, de um emprego do genitivo diferente de todos os outros e que não se explica do mesmo modo, ou antes, presta-se a um tipo de análise que está na génese de toda a explicação do genitivo. A ligação ou dependência verbal é, antes de mais, um traço distintivo deste emprego e ainda, segundo Benveniste, a sua função essencial.

Consideremos os seguintes exemplos:

- (94) Os homens são amantes da paz.
 (95) Confiemos nos educadores da juventude.

Se atentarmos na expressão «amantes da paz», vemos que ela provém de «amar a paz», como «educadores da juventude» de «educar a juventude». Mas é possível ainda derivar de «educadores da juventude» o sintagma «educação da juventude» — «educação» e «educador» estão na mesma situação em relação ao verbo e são determinados pelo mesmo genitivo.

O que acontece é que o genitivo depende de um nome deverbal e é, em termos de gramática generativa (E. Benveniste utiliza, a seu modo, um método generativista!)⁹⁶, o resultado da transformação de um sintagma verbal (SV) pré-existente na estrutura subjacente. E o que confere a este genitivo o seu carácter específico é que, na realidade,

⁹⁵ Cf. BENVENISTE, Emile — «Pour l'analyse des fonctions casuelles: le génitif latin», *Ibidem*, pp. 140-148. Seguimos essencialmente este autor no desenvolvimento deste ponto.

⁹⁶ N. CHOMSKY não aceita estas nominalizações (vd. nota (28)).

«il donne une «version» nominale d'une construction verbale transitive». Neste emprego, diferente de todos os outros, «la fonction du génitif est de transposer en dépendance nominale la relation d'un accusatif régime d'un verbe transitif». Trata-se de um «genitivo de transposição» («génitif de transposition») ⁹⁷, uma vez que ele é proveniente de um outro caso transposto, em que uma regência verbal se transformou numa determinação nominal. Este genitivo de transposição está unido, por uma solidariedade muito particular, a um caso bem distinto — o acusativo —, mas aqui homólogo por causa das suas funções respectivas.

Retomando o exemplo anotado em

(7) Quem ordenou a destruição do inimigo?

vemos que a par de «destruição do inimigo» existe «destruidor do inimigo» e que estes não são possíveis sem «destruir o inimigo».

Há, pois, que reconhecer nestas estruturas o genitivo numa função específica e que resulta da conversão de uma forma verbal pessoal em forma nominal (particípio: *amante*; substantivo agentivo: *destruidor*; ou substantivo abstracto: *destruição*).

Pelo menos processo de análise se chega à função do genitivo em (9) e (10): «movimento das pernas» resulta de «mover as pernas» e «recusa do emprego» de «recusar o emprego».

Se assim acontece com os substantivos verbais derivados de verbos substantivos, não há razão alguma para que o mesmo tipo de análise não se estenda também àqueles que derivam de verbos intransitivos. O genitivo é agora interpretado por relação à forma casual homóloga do sintagma verbal — o nominativo —, como nas construções:

(96) A chegada da primavera está atrasada.

(97) O nascimento da criança foi uma alegria para os pais.

O genitivo «chegada da primavera» provém de «a primavera chega», e «nascimento da criança» de «a criança nasce». O genitivo transpõe aqui um nominativo sujeito e já não um acusativo regime.

⁹⁷ BENVENISTE, Émile — *Ibidem*, pp. 146-147.

Este processo de «engendramento» do genitivo leva a uma dupla consequência:

I — A oposição nominativo vs acusativo (que confluem por transposição neste emprego do genitivo), fundamental do sintagma verbal, é neutralizada formal e sintacticamente no genitivo determinativo nominal. Mas, como afirma Benveniste, «elle se reflète dans la distinction logico-sémantique du «génitif-subjectif» et «génitif-objectif»: *patientia animi* < *animus patitur*; *patientia doloris* < *pati dolorem*⁹⁸. O mesmo acontece em Português, por exemplo, com *sofrimento da alma* < *a alma sofre*; *sofrimento da dor* < *sofrer a dor*. E a análise estende-se, do mesmo modo, a outros exemplos derivados de um equivalente verbal e que podem ter dupla interpretação, como o exemplo anotado em

- (6) O medo dos terroristas 
 - «os terroristas temem»
(eles têm medo)
 - «tememos os terroristas»
(o medo que se tem aos/
/dos terroristas)

II — Em segundo lugar — e esta a consequência mais positiva —, este genitivo, resultando de um nominativo ou de um acusativo transpostos, fornece o modelo da relação do genitivo em geral: «une fois constitué ce schème de détermination internominale, la situation de membre déterminé du syntagme peut être assumée par tout substantif, et non plus seulement par ceux issus d'une forme verbale convertie»⁹⁹. É assim que, em Latim, partindo de sintagmas transformados ou transpostos como *ludus pueri* < *puer ludit*; *risus pueri* < *puer ridet*, se pode, por uma extensão analógica, explicar *somnus pueri*, depois *mos pueri* e *liber pueri*.

Na convicção de Benveniste (partindo de uma concepção e explicação diacrónica da língua) «tous les emplois du génitif sont engendrés par cette relation de base, qui est de nature purement

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 147.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 147.

syntaxique, et qui subordonne, dans une hiérarchie fonctionnelle, le génitif au nominatif et à l'accusatif»¹⁰⁰.

Nas línguas românicas (interessando-nos particularmente o Português) a função do genitivo define-se, à semelhança da evolução já verificada na língua-mãe, como resultando da transposição de um sintagma verbal (SV) em sintagma nominal (SN).

Como tentámos mostrar no decurso deste estudo, qualquer emprego do genitivo é uma subclasse com um valor semântico particular ou uma variedade de natureza estilística. Nos genitivos «a biblioteca de Pedro», «a carta do presidente», «a fotografia de um homem», «homem de inteligência», «colher de (licor + sopa + chá», etc.), o sentido próprio de cada um deles é derivado do valor gramatical de dependência ou de determinação que é inerente à função sintáctica primordial do genitivo («genitivo de transposição»). Mesmo entre genitivos como «o primeiro dos atletas», «a maior parte dos homens», «a biblioteca de Pedro» ou «a árvore do jardim», a diferença é somente lexical; no mais, há a distinguir os sintagmas em que os elementos determinados são de natureza diferente e os sintagmas com os seus membros substantivos.

- (ii) Fillmore, um generativista inicialmente chomskiano, procura construir, com a sua «gramática de casos», um processo descritivo (e de algum modo aparentado com o de Benveniste), dentro dos procedimentos habituais da gramática transformacional generativa, para descrever o nível mais profundo («deepest level») da estrutura profunda, isto é, o conjunto universal subjacente das relações casuais ou quasi-casuais («case-like»). Para Fillmore, as relações casuais constituem os «termos primitivos» da estrutura profunda.

A passagem das estruturas profundas às estruturas de superfície realiza-se pelo jogo de diversos mecanismos, como as marcas casuais, incorporação no próprio verbo de alguns elementos (por exemplo, a passiva), subjectivação, objectivação, ordem de sequência, nominalização.

A nominalização de uma frase, com a eliminação das distinções casuais profundas, engendra o genitivo. Assim, a expressão

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 147.

de superfície *John's books* deriva da estrutura profunda *John has books* < *books to John* < *John's books*. Na estrutura profunda o SN que se tornará genitivo (de superfície) é um dativo. O Inglês opera uma conversão para o genitivo: *to John* ⇔ *John's*¹⁰¹.

Para uma expressão de superfície como (no Latim) *amor Dei*, partir-se-á, segundo Fillmore, quer de um Agentivo: *Deus amat*, quer de um Dativo: *(ille) amat Deum* (aproximando-se da teoria de Benveniste, mas que hesita em abordar de modo empírico, de «impoviso», sobretudo para os casos mais difíceis e que Benveniste explica por uma extensão analógica dos abstractos verbais).

- (iii) Pensamos que é aqui (tanto nas línguas românicas como no próprio Inglês (com a preposição respectiva)) que o *de* deixa de ser uma preposição autêntica para se assumir como «marca casual». Se é o genitivo transposto de um nominativo e de um acusativo que está na base de todos os outros empregos do genitivo, então a marca casual do *de* resulta e é o sinal dessa transposição. E, deste modo, ressalta como inteiramente lógico o que acima afirmámos quanto à natureza do genitivo possessivo.

4. Conclusão

No decorrer deste trabalho, não tão exaustivo nem tão profundo quanto o exigia a complexidade de um tal estudo, procurámos dar conta do emprego e valores da preposição *de*, tendo em atenção os mais pertinentes porque mais comuns em Português. Fica-nos a sensação, aliás comprovada por vários linguistas, de que o emprego das preposições é praticamente ilimitado numa língua à base de regência preposicional, como o são as línguas românicas, o Inglês, etc. (e é aqui «onde mais visivelmente se manifesta a vida das palavras», como opina G. Galichet). E esta sensação particularmente se enraíza quando nos debruçamos sobre o estudo de preposição *de* em Português.

¹⁰¹ Cf. FILLMORE, Charles — *The case for case*, «Bach and Harms, Universals in Linguistic Theory», 1968, pp. 1-88, citado por SERBAT, Guy — *Cas et Fonctions*, Paris, 1981, pp. 189-192.

Pelo estudo dos exemplos aqui registados verificados o seguinte:

- (i) A preposição *de* está ainda sensivelmente na continuidade da preposição latina *de*, empregando-se já no latim clássico com muitos dos valores que hoje tem; muitos outros começaram a desenvolver-se na última fase do Latim. No latim vulgar, o emprego das preposições generalizou-se mais cedo, o que se constata, por exemplo, nos textos de Plauto e nas «Epistulae» de Cícero (que traduzem uma marca de oralidade), para citar apenas estes. Para além da preposição latina *de*, compreende ainda o valor de *a/ab* e *e/ex*; encontramos também um terreno onde rivalizam os casos genitivo e ablativo.

Distinguimos, no Português actual, o emprego da preposição *de* em que prevalecem semas de origem, classificador («lato sensu»), modalizador assertivo, indicador cíclico e objecto (2 e segs.); distinguimos e destacamos o *de* como marcador casual de genitivo (3 e segs.).

- (ii) Verificamos também que a preposição *de*, em muitas das relações prepositivas que estabelece, pode ser comutada por uma paráfrase verbal (aproximando-se, neste caso, do genitivo (objectivo)) ou por outra preposição.

De entre as preposições comutáveis por *de* — *a*, *com*, *durante*, *em*, *entre*, *para* e *por* e algumas locuções prepositivas — destacamos *com* e *em*. *Em* substitui *de* quando este funciona como marcador de fronteira (num conjunto ordenado) (2.1 (iii)), indica o ponto de vista (2.2 (ix)), matéria (2.2 (xii)). A comutação por *com* é mais frequente e este recobre um número mais vasto dos valores de *de*. Fundamentalmente, a preposição *com* confere à relação prepositiva uma ideia de concomitância em quase todos os seus empregos, quer primariamente indique a causa/motivo (2.2 (v)), a quantidade (2.2 (vii) e (viii)), o conteúdo (2.2 (xi) e (xv)), quer como indicador de medida (2.4 (iii)), para citar os que nos parecem mais pertinentes. A concomitância é, em alguns casos, apenas uma noção bastante genérica.

Pensamos ter deixado claro que o genitivo (regido e identificado pelo marcador casual *de*) é um facto sintáctico atestado na língua portuguesa e cuja função primordial (sintáctica) é servir de complemento determinativo do nome, o caso próprio do complemento do substantivo.

SIMÃO CARDOSO

Tudo o que deixámos dito não é mais do que um contributo para uma sintaxe e semântica da preposição *de*, especialmente quando funciona como marcador casual do genitivo. Temos plena consciência de que este trabalho é apenas um começo, um «abrir de portas», para o campo imenso e complexo, mas por isso mesmo aliciante, do estudo do sintagma preposicional, com particular incidência na preposição *de*.

Simão Cardoso